

JOSÉ ALEXANDRE VIEIRA KARAM

A CORREÇÃO MONETÁRIA NO BRASIL
DESDE O IMPÉRIO ATÉ O GOVERNO LULA

Monografia apresentada ao
Departamento de Contabilidade do
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Federal do Paraná, como
requisito para obtenção do título de
Especialista no Curso de Pós-
Graduação em Gestão de Negócios
2003

Orientador: Prof. Vicente Pacheco, Msc

CURITIBA
2004

Resumo

KARAM, José Alexandre Vieira. A Correção Monetária no Brasil desde o Império até o Governo Lula. A correção monetária no Brasil desde os tempos do império até o Governo de Luís Inácio Lula da Silva, tema abordado nessa monografia é um instituto criado para simplesmente manter o poder aquisitivo da moeda, não se caracterizando em um *plus* ou uma penalização, que seria o objetivo da aplicação dos juros moratórios ou remuneratórios. Através da matemática financeira e suas fórmulas, podemos facilmente calcular e mensurar os efeitos da aplicação de fatores de correção sobre capitais, mas isso é apenas a forma de demonstração líquida dos efeitos. Com o crescer da inflação no Brasil desde os tempos do império, surgiu a necessidade de ressarcimento das partes envolvidas em contratos com dispêndio de quantidades monetárias. Foi então criada oficialmente a correção monetária em 1964. Todos os governos posteriores se tornaram reféns da inflação, tendo ela assumido percentuais estarrecedores, fazendo com que todo o povo perdesse a noção do que era muito ou pouco. O planejamento tornou-se algo quase impossível de se fazer com a acuidade necessária. Diversos planos econômicos foram então criados na tentativa de minimizar os índices inflacionários, mas só o plano real conseguir “segurar” os percentuais. Diversos índices foram criados, com objetivos específicos, na tentativa de auxiliar as partes envolvidas em contratos com dispêndio financeiro, entretanto, pela especificidade, alguns podem perder o objetivo inicial, tornando-se lesivos a uma das partes envolvidas.

Palavras-chave: correção monetária; planos econômicos; indexadores; inflação; juros

Sumário

1. Introdução.....	4
2. Correção monetária	5
2.1 A correção monetária e a matemática financeira	7
3. Aspectos legais da correção monetária	13
3.1 Lei 4.357 de 16/07/1964.....	13
3.2 Lei 4.380 de 21/08/1964.....	14
3.3 Lei 4.506 de 30/11/1964.....	14
3.4 Lei 4.862 de 29/11/1965.....	14
3.5 Lei 6.899 de 1981	15
4. Comissão de permanência.....	17
5. Inflação.....	19
5.1 Principais efeitos da inflação:	21
6. Histórico da inflação brasileira	23
6.1 A inflação no período do Império	23
6.2 A inflação na República	23
6.3 A inflação no período do Regime Militar	33
6.4 A inflação nos últimos 20 anos e os planos econômicos	38
7. Indexadores	45
7.1 IGP's Índices Gerais de Preços	45
7.2 Índice de Preços por Atacado - IPA.....	48
7.3 Índice Nacional de Custos da Construção - INCC.....	54
7.4 Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.....	57
7.5 Índice de Preços ao Consumidor – IPC-FIPE	58
7.6 A polêmica da TR	58
8. Conclusão.....	60
9. Bibliografia.....	62
ANEXO - Tabela de indexadores.....	63
ANEXO - Gráficos (percentuais de indexadores).....	75

1. Introdução

A inflação no Brasil é algo que nos assola desde os tempos do império. Excesso de indexadores levando o usuário a se perder sobre qual utilizar. Há realmente a necessidade de serem calculados tantos indexadores? A setorização da economia, tem levado os institutos de pesquisa à necessidade de apuração de fatores de atualização monetária específicos para cada área. Com essa necessidade, houve uma extrapolação na determinação daquilo que realmente é necessário.

Todos os dias, ao abrirmos os jornais na seção de indicadores, nos deparamos com diversos índices de atualização monetária que, de tão específicos, acabam não servindo para nada, ou melhor, servindo apenas a uma pequena parcela de usuários. Esses índices setoriais refletem a inflação medida através de pesquisas pouco abrangentes.

De qualquer forma, iremos identificar a utilização, aplicação e apuração dos principais indexadores utilizados no Brasil após a criação da correção monetária em outubro de 1964, para avaliarmos o problema causado pela enorme gama de números que às vezes apenas servem para confundir mais do que ajudar.

“Se você não pode convencê-los, confunda-os” Harry Truman

2. Correção monetária

Em regime inflacionário, não há como fugir, o dinheiro perde o seu valor no tempo. Se numa determinada época x dinheiros são suficientes para se comprar y produtos, no decorrer do tempo isso deixa de ser verdade. A correção monetária foi criada justamente para que esse poder de compra não seja perdido, ou seja, para se determinar qual a quantidade de dinheiros será suficiente para que num momento posterior se adquira os mesmos y produtos.

Assim, a correção monetária visa manter o poder aquisitivo da moeda e é calculada através de um recurso matemático, explicitado a seguir.

Seja o momento 0:

$$\$3,00\$ = \text{img alt="horse head icon" data-bbox="288 593 375 643"/>$$

No momento 1:

$$\$6,00\$ = \text{img alt="horse head icon" data-bbox="288 733 375 783"/>$$

No exemplo acima vemos que, num primeiro momento, necessitamos de 3 unidades monetárias para a aquisição de um bem. Num segundo momento, para a aquisição desse mesmo bem, serão necessárias 6 unidades da mesma moeda. A esse fenômeno chamamos correção monetária.

Quando se trata de algum débito, temos a seguinte situação a ser analisada: numa operação de empréstimo, por exemplo, o credor dispõe uma quantia em um determinado momento, que deverá ser ressarcida pelo devedor em um momento posterior. Para que não haja prejuízo para o credor, essa quantia deverá ser acrescida de alguma correção, do contrário o poder aquisitivo do capital inicial emprestado não será refeito. Há que se diferenciar, nesse ponto, a correção monetária, que visa tão somente recompor o capital inicial, da remuneração do capital, que é feita através do pagamento dos juros. São duas instituições diferentes, sendo importante salientar que a correção monetária não se constitui nem lucro, nem perda, nem ganho de capital: ela é parte do capital, em um momento posterior.

2.1 A correção monetária e a matemática financeira

Primeiramente um breve ponto a ser observado é a importância do número 1 na matemática financeira e, como consequência direta, na correção monetária.

Quando efetuamos uma multiplicação com números que contenham casas decimais, na verdade estamos efetuando duas multiplicações e uma soma. Por exemplo, para efetuarmos a multiplicação:

$$3 \times 2,5$$

precisamos, na verdade, efetuar duas operações intermediárias:

$$3 \times 2 = 6 \quad \text{e} \quad 3 \times 0,5 = 1,5$$

para, depois, somarmos os resultados de cada uma:

$$6 + 1,5 = 7,5$$

O exemplo acima pode ser básico, mas serve para entendermos o seguinte: se multiplicarmos um número por outro que não contenha inteiros (exemplo: 0,75) estaremos na realidade extraindo uma parte dele. Por exemplo, multiplicar

$$3 \times 0,5$$

equivale a efetuar duas multiplicações:

$$3 \times 0 = 0 \quad \text{e} \quad 3 \times 0,5 = 1,5$$

para, depois, somarmos os resultados:

$$0 + 1,5 = 1,5$$

Acrescentando o valor 1 ao fator, estaremos incluindo o número inicial ao resultado. No caso:

$$3 \times 1,5$$

as duas multiplicações serão:

$$3 \times 1 = 3 \quad \text{e} \quad 3 \times 0,5 = 1,5$$

a soma resultará:

$$3 + 1,5 = 4,5$$

A diferença entre os dois resultados é exatamente o número inicial:

$$4,5 - 1,5 = 3$$

Desse exemplo simples tiramos a seguinte conclusão: para se incluir o **valor inicial** no resultado de uma multiplicação basta somar o fator 1 ao multiplicador. Esse conceito matemático é de grande valia para entendermos como funcionam os indexadores de correção monetária e como trabalhar com eles, como veremos a seguir.

Para trabalharmos com percentuais, o modo mais fácil é o de transformá-los em números índices. O símbolo % nada mais é do que a indicação de uma divisão de determinado número por 100; portanto, 20% é igual a:

$$20 \div 100 = 0,20$$

Aplicando o conceito demonstrado anteriormente, se quisermos calcular 20% de 3, teremos:

$$3 \times 0,20 = 0,60$$

Com o mesmo conceito, se quisermos fazer um acréscimo do principal ao valor final, devemos acrescentar o fator 1 e, assim, teremos:

$$3 \times 1,20 = 3,60$$

que corresponde à soma do valor inicial (capital inicial), 3,00, ao acréscimo (correção ou juros), 0,60:

$$3,00 + 0,60 = 3,60$$

Para se calcular a correção monetária utilizamos fórmulas matemáticas que nos auxiliam na “movimentação” do dinheiro no tempo.

Aplicando fórmulas matemáticas, teríamos:

$$\text{capital inicial} \times \text{número índice acumulado} = \text{capital corrigido}$$

onde **capital inicial** é o valor que queremos corrigir, **número índice acumulado** é o fator de correção monetária no período e **capital corrigido** a quantidade de dinheiro que mantém o poder aquisitivo do capital inicial.

Aplicar correção (ou taxa de juros) sobre um determinado valor representa agregar a este valor um percentual calculado sobre ele próprio. Seja acrescer ao valor 100,00 o percentual de 30%. Matematicamente, a operação seria expressa da seguinte forma:

$$100,00 + 100,00 \times 0,30$$

o valor 100,00 comparece nas duas parcelas da soma e pode, portanto, ser colocado em destaque (os matemáticos diriam “*colocar o fator comum em evidência*”), em que figura o fator 1 representativo do valor inicial, como demonstrado acima:

$$100,00 \times (1 + 0,30) \quad (I)$$

a expressão pode, então, ser escrita e calculada da seguinte forma:

$$100,00 \times 1,30 = 130,00$$

A título de informação complementar, cabe frisar que a expressão (I) acima corresponde à expressão geral que se utiliza sempre que é necessário agregar um percentual a um número base, seja esse percentual correspondente à correção monetária ou à taxa de juros (como, por exemplo, no cálculo do montante a ser obtido quando se aplica uma taxa de juros simples sobre um determinado capital em um determinado prazo).

Para se apurar o número índice temos que aplicar o conceito matemático de **fatores acumulados**.

Quando fazemos uma aplicação financeira, esperamos obter rendimentos além da recuperação do valor de compra do capital inicial.

Suponhamos que se queira corrigir um determinado capital à taxa periódica variável XY.

No primeiro período o percentual de correção XY foi de 2%, no segundo de 5%, no terceiro de 4% e no quarto de 3%. Para sabermos qual o capital corrigido ao final dos quatro períodos de capitalização, devemos acumular esses fatores com auxílio do fator 1 descrito acima, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

Quadro 1:

PERÍODO	PERCENTUAL MENSAL	ÍNDICE	ÍNDICE ACUMULADO	PERCENTUAL ACUMULADO
0			1,0000	0,00%
1	2%	0,02	1,0200	2,00%
2	5%	0,05	1,0710	7,10%
3	4%	0,04	1,1138	11,38%
4	3%	0,03	1,1473	14,73%

Analisando o quadro acima:

Primeira coluna: apresentação dos períodos de correção

Segunda coluna: apresentação dos percentuais mensais de correção monetária

Terceira coluna: transformação dos percentuais mensais de correção monetária em números índices através da divisão por 100

Quarta coluna: acumulação dos números índices com inclusão do principal 1 para que haja inclusão do principal (capital aplicado)

Quinta coluna: demonstração em percentuais do fator acumulado através da redução em uma unidade e multiplicação do resultado por 100: acumulado (-) 1 (x) 100.

Para corrigirmos um capital utilizando o quadro demonstrativo acima, “movimentaremos” o dinheiro conforme quadro abaixo:

Quadro 2:

PERÍODO	FATOR ACUMULADO	CAPITAL INICIAL	CAPITAL CORRIGIDO
0	1,0000	200,00	200,00
1	1,0200	200,00	204,00
2	1,0710	200,00	214,20
3	1,1138	200,00	222,77
4	1,1473	200,00	229,45

A diferença entre o capital inicial e o capital corrigido ao final é de 14,73%, isto é,

$$229,45 \div 200,00 = 1,1473$$

transformando em percentual (ou seja, reduzindo em uma unidade e multiplicando o resultado por 100):

$$(1,1473 - 1) \times 100 = 14,73\%$$

3. Aspectos legais da correção monetária

No Brasil a correção monetária foi criada para ser a solução, no sentido de recompor o valor dos ativos em face da corrosão inflacionária, e acabou por se transformar em um grande problema. Idealizada para tornar a inflação mais suportável, acabou se tornando a mola impulsionadora do processo inflacionário. Foi instituída no contexto da reforma financeira implantada no período 1964-1965 com a finalidade de compensar a perda da arrecadação tributária, já que os recursos recolhidos eram desvalorizados pela inflação decorrente da defasagem entre a data do vencimento da obrigação e a do seu efetivo pagamento. Seu objetivo primordial era tornar viáveis os contratos feitos a longo prazo.

3.1 Lei 4.357 de 16/07/1964

Com o advento da Lei Federal 4.357, de 16/07/1964, foi oficialmente instituída a correção monetária no Brasil, uma vez que autorizou o governo a emitir ORTN's (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), que serviam única e exclusivamente para pagamento de tributos e débitos com a União e para correção do ativo imobilizado de pessoas jurídicas. Esse indexador sofreria atualização trimestral. A partir de então o país tornou-se dependente da correção monetária.

Ressaltamos que, com o fim do CNE (Conselho Nacional Econômico), a correção passou a ser determinada pelo Ministério do Planejamento. Entretanto, como não foram lançadas ORTN's no mercado antes do início de 1965, não foram calculados reajustes para o ano de 1964. Dessa forma, a correção foi nula nesse período. O primeiro reajuste só ocorreu no primeiro trimestre de 1965 e, a partir de setembro daquele ano, foi criada a ORTN de correção mensal. Vale notar que,

na ocasião, não houve nenhuma definição na legislação sobre como seria efetuado o cálculo da ORTN.

3.2 Lei 4.380 de 21/08/1964

Considerada como a principal lei, ou a que teve o maior impacto, permitia, conforme seu artigo 5º, a incidência de correção monetária nas prestações e nas dívidas de contratos de vendas ou construção de habitações ou de empréstimos para aquisição ou construção de moradia.

3.3 Lei 4.506 de 30/11/1964

A Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, em seu artigo 3º determinou que, a partir do ano de 1965, todos os valores expressos em cruzeiros seriam atualizados anualmente utilizando-se coeficientes de correção monetária estabelecidos pelo Conselho Nacional de Economia, a não ser que os índices de preços se elevassem de 10% ao ano ou de 15% por cada três anos.

3.4 Lei 4.862 de 29/11/1965

Estatuía em seu artigo 1º, §3º, que, a partir do ano de 1967 (exercício financeiro), os limites de renda líquida seriam atualizados anualmente em função de coeficiente de correção estabelecido pelo Conselho Nacional de Economia. No artigo 2º havia a determinação de que todos os valores da legislação fiscal seriam atualizados anualmente.

Nos anos seguintes a correção monetária se estendeu aos diversos setores da economia, tomando corpo em todos os ramos de atividade (negócios, contratos),

enfim, em tudo que envolvesse dívida, para evitar o enriquecimento sem causa do devedor em prejuízo do credor.

Praticamente toda a economia brasileira foi indexada, passando o Poder Judiciário a acolher ações em que o objeto era a correção monetária (indenizações por desapropriação, restituições de tributos, revisão de dividendos, etc).

De agosto de 1979 a setembro de 1980, o Governo adotou a estratégia de fixar os juros e as correções monetária e cambial na tentativa de reduzir as expectativas inflacionárias. Em 1980, a correção monetária foi prefixada pelo Governo em 45%, mas terminou o ano ultrapassando esse valor, com uma variação de 50,8% no período.

3.5 Lei 6.899 de 1981

Determinou que todos os débitos resultantes de decisões judiciais sofreriam correção monetária, no que se incluíam valores devidos a título de custas e honorários advocatícios.

“Art. 1º - A correção monetária incide sobre qualquer débito resultante de decisão judicial, inclusive sobre custas e honorários advocatícios”.

Com isso, a correção monetária tomou um caráter tão intrínseco que o seu pedido não mais se tornou necessário. Mesmo que um juízo, em sua sentença de mérito, não mencionasse atualização de valores, a mesma era devida, principalmente pelo seu caráter específico de ressarcir o poder aquisitivo, não se

caracterizando, portanto, como penalização de uma das partes, destinando-se a esta a aplicação dos juros moratórios.

4. Comissão de permanência

Entende-se por comissão de permanência a taxa de remuneração do capital em mora que se identifica com a correção monetária, podendo, portanto ser substituída por ela.

A comissão de permanência não pode ser confundida com a taxa de juros remuneratórios ou mesmo compensatórios; trata-se de artifício de atualização monetária do saldo devedor. Não pode ser cumulada com a aplicação de quaisquer índices de correção monetária e nem mesmo vir a ultrapassá-los, como apresentado na súmula 30 do Superior Tribunal de Justiça: “a comissão de permanência e a correção monetária são inacumuláveis”. Isso se deve ao fato de que os dois institutos têm a mesma natureza, devendo, portanto, obedecer a fatores de indexação semelhantes.

Decidiu o STJ:

“(...) II – Nas operações financeiras, a comissão de permanência, quando pactuada, pode ser exigida até o efetivo pagamento da dívida, não podendo, entretanto, ser cumulada com a correção monetária, nem ultrapassar os limites desta.”

“III – É lícito ao credor pretender a cobrança da comissão de permanência até o ajuizamento da execução e a incidência da correção monetária a partir dessa data, até o limite da correção.” (RECURSO ESPECIAL Nº 80.663 – RS,

*RELATOR: MINISTRO SÁLVIO FIGUEIREDO TEIXEIRA, j.
em 12 de agosto de 1996).*

O entendimento acima exposto é compartilhado pelo Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul e pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que aduz não ser admissível a aplicação de taxas flutuantes de mercado, o que sujeitaria os devedores ao arbítrio das instituições financeiras e resultaria no desrespeito ao art. 115 do Código Civil.

Como indexador a ser utilizado como comissão de permanência, entende-se de bom juízo a aplicação do INPC, índice já consagrado pela jurisprudência dos Tribunais e recomendado pelo provimento nº 13 da Corregedoria Geral da Justiça.

Definiu-se pelo INPC o Tribunal de Justiça de Santa Catarina: "(...) índice de correção monetária já consagrado pela jurisprudência do tribunal e recomendado pelo Provimento da Colenda Corregedoria Geral da Justiça nº 13, de 24.11.95." (Apelação cível 97.003174-2, relator Des. NELSON SCHAEFER MARTINS, julg. 25 de junho de 1998).

Portanto, a comissão de permanência nada mais é do que a aplicação de correção monetária sobre saldo devedor em mora, devendo serem aplicados índices de mercado para reposição do poder aquisitivo da moeda.

5. Inflação

Entendemos por inflação o aumento de preços praticados no mercado de uma sociedade capitalista, significando que um certo volume de dinheiro pode comprar uma quantidade cada vez menor de produtos e serviços com o decorrer do tempo. Nosso país sempre viveu sob o espectro da inflação. Ela consagrou e derrubou governos, interferiu diretamente na vida de toda a população, determinou padrões de vida, levou à falência inúmeros empresários, fez a riqueza de tantos outros que souberam se aproveitar dela, enfim, foi e é fator determinante para o andamento da economia não só do nosso país, mas de todo o mundo que conhecemos.

Existem basicamente quatro tipos de inflação: a de demanda, a de custos, a inercial e a estrutural.

Entende-se por inflação de demanda aquela que se refere ao excesso de demanda agregada, medido em relação aos níveis de produção de bens e serviços na economia. Tem como causa o crescimento dos meios de pagamento, quando estes não são acompanhados pelo crescimento da produção. Ocorre somente quando a economia está próxima do pleno-emprego, ou seja, não pode aumentar substancialmente a oferta de bens e serviços a curto prazo.

A inflação de custos tem suas causas nas condições de oferta de bens e serviços na economia. O nível de demanda permanece o mesmo, mas os custos aumentam, o que acarreta a retração da oferta, elevando os preços.

Inflação inercial é que subsiste simplesmente em função de uma inflação passada. Os preços aumentam pela “força do hábito” ou de uma tendência de

mercado. É uma inflação predatória, que apenas serve para corroer o poder de compra dos consumidores, sem ter qualquer ligação com controle de custos ou estudos prévios de oscilação de mercado. Apresenta-se pela resistência à estabilização de preços ante políticas do governo. O aumento de preços futuros com base na indexação, ou seja, levando em consideração alterações ocorridas no período passado, também leva à inflação inercial. É apontada como um dos efeitos mais deletérios da correção monetária.

A inflação estrutural é que decorre das pressões dos custos; deriva de questões de estrutura, como comércio internacional, agricultura, indústria, etc.

Não importa a “terminologia”, ou tipificação da inflação, ela está presente em todas as economias de ordem capitalista e vem assolando o Brasil desde os idos do Império. Nossos governos tentaram diminuir seus impactos, concordando que o combate a ela é fator determinante para trazer a nunca alcançada estabilidade econômica.

O processo inflacionário no Brasil se agravou nos últimos 50 anos. As consequências são perceptíveis. Podemos ver claramente a desigualdade na distribuição de renda, estagnação econômica, desenvolvimento desigual das regiões brasileiras e várias outras distorções. Somos o país com a mais longa história inflacionária do mundo. O que podemos tirar de positivo disto é que nosso povo sabe enfrentar esse fantasma como nenhum outro. Temos a maior experiência em tentativas de controle inflacionário; entretanto, tais tentativas foram sempre frustradas e nossos índices sequer ficaram próximos aos de países desenvolvidos como Estados Unidos e Canadá, especialmente no período de 1980 a 1994.

Mais do que um fenômeno econômico, a inflação é um fenômeno político-social, levando governos à adoção de políticas popularescas e paternalistas formuladas

em detrimento do combate frontal às suas causas. O combate tornou-se desejo e necessidade da sociedade brasileira na busca do progresso econômico e social.

5.1 Principais efeitos da inflação:

. “A perda do poder aquisitivo da moeda, principalmente pelas classes assalariadas e menos favorecidas, que não têm como proteger seus ganhos mensais da corrosão inflacionária”: (GILBERTO DA SILVA MELO: 1997, Pág.11) Neste aspecto a inflação age como um imposto sobre a não aplicação do dinheiro, pois força as pessoas a manter a maior parte dos seus recursos em aplicações e poupanças que os protejam;

. “A perda de referência dos preços relativos. A escalada inflacionária faz com que os preços mudem com tanta freqüência que passamos a não distinguir mais se determinado bem está caro ou barato” (GILBERTO DA SILVA MELO: 1997, Pág.11). Com a inflação alta, instala-se a desordem no mercado, que aumenta preços sem o menor critério (a chamada inflação inercial), até mesmo para encobrir a sua própria incompetência gerencial;

. Postergação dos pagamentos aos credores pelos devedores. Quanto mais tempo se demora para pagar, mais planos econômicos poderão acontecer, beneficiando sempre o devedor;

. Orçamentos e contabilidade prejudicadas. É impossível avaliar qual o poder aquisitivo de uma determinada importância em diferentes momentos. Os valores relativos apresentados nas demonstrações financeiras guardam uma enorme distância da realidade, não atendendo ao seu princípio fundamental que é levar aos seus diversos usuários uma informação correta e adequada à tomada de decisões;

. Surgimento de diversos índices econômicos. Para mensurar o efeito inflacionário, surgiram os índices econômicos, que medem de forma setorializada ou localizada as diferenças de preços conforme amostras escolhidas e critérios pré-definidos.

6. Histórico da inflação brasileira

6.1 A inflação no período do Império

A proclamação da independência do Brasil, no dia 7 de setembro de 1822, levou Dom Pedro I ao trono, mas a consolidação desse fato ocorreu apenas em 1824 com a eliminação dos focos de resistência na Bahia e no Grão Pará.

O imperador enfrentou diversos problemas políticos e uma grave crise econômica, com a perda de competitividade e de mercado para a concorrência européia, o que levou a um desequilíbrio da balança comercial. Empréstimos foram feitos no exterior a juros elevados, papel moeda foi emitido, do que resultou desvalorização da moeda brasileira e elevação de preços. Por efeito de novas crises, Dom Pedro abdicou do trono em 1830; Dom Pedro II assumiu o poder em 1840, após um período de governo regencial. A inflação nesse período oscilou 4% entre os anos de 1829 e 1834 e 30% de 1834 a 1844.

A estabilidade econômica de 1844 a 1860 favoreceu a queda dos preços, mas a política econômica adotada, de emissão de papel-moeda para fazer face aos gastos da guerra contra o Paraguai, bem como a desvalorização cambial causada pela queda dos preços dos produtos de exportação determinou nova tendência de alta no período de 1860 a 1874.

6.2 A inflação na República

Após a proclamação da República, o Marechal Deodoro da Fonseca assumiu o governo (15/11/1889 – 23/11/1891), tornando-se o primeiro presidente da

República Federativa do Brasil. Herdou da Monarquia um desequilíbrio na balança de pagamentos. Recursos do tesouro foram necessários para as despesas relacionadas às atividades urbanas e industriais, além dos crescentes gastos com importações.

O primeiro ministro da fazenda foi Rui Barbosa, e sua política era altamente inflacionária, pois a emissão de papel moeda se deu em larga escala. Isso provocou reativação dos negócios sem, entretanto, correspondente aumento de produção.

A inflação anual entre 1881 e 1887 foi de aproximadamente de 2,8%; nos anos entre 1887 e 1896 essa média foi elevada para cerca de 8% ao ano. Muitas falências ocorreram nesse período, quando os valores das ações negociadas nas Bolsas de Valores (criadas em 14/06/1845 no Rio de Janeiro e em 23/08/1890 em São Paulo) sofreram queda.

No governo do Marechal Floriano Peixoto (23/11/1891 – 15/11/1894) houve uma desvalorização da moeda nacional para proteção da economia cafeeira, pois a oferta mundial de café ultrapassava o seu consumo, o que acarretou queda de cerca de 40% nos preços do produto. Dessa medida resultou elevação dos preços dos produtos importados e, por decorrência, aumento do custo de vida.

Prudente de Moraes (15/11/1894 – 15/11/1898) foi o primeiro presidente a adotar medidas ditas antiinflacionárias, tentando, também, combater os sucessivos déficits orçamentários. Houve diminuição do volume de moeda em circulação e maior restrição de crédito e de gastos do Governo. A média anual inflacionária se manteve em 8% até 1896 e atingiu uma deflação entre 1896 e 1900 de -1,5% anuais.

Durante o governo de Campos Sales (15/11/1898 – 15/11/1902) ocorreram vários problemas de ordem fiscal. Os gastos excessivos dos governos republicanos, com destaque para as despesas militares em rebeliões como a Revolução Federalista e a Revolta de Canudos, aumentaram a dívida do Tesouro. A dívida externa já era fator marcante, o que levou o presidente a viajar ao exterior para estabelecer acordos com os banqueiros internacionais para suspensão temporária do pagamento antes mesmo de sua posse.

Na tentativa de cumprir as exigências do acordo externo celebrado, Campos Sales foi obrigado a adotar diversas medidas visando conter a inflação. Essas medidas foram: controle de gastos governamentais, restrição do crédito às empresas e aumento da carga tributária. A política deflacionária surtiu o efeito necessário, sendo suficiente para recuperar parte das finanças públicas e manter o controle sobre o processo de aumento de preços iniciado nos governos anteriores.

Apesar do controle da inflação, houve uma certa recessão econômica ocasionada pela rigorosa política monetária, que provocou inúmeras falências, inclusive de bancos e empresas do setor industrial (sem medidas protecionistas).

Rodrigues Alves (15/11/1902 – 15/11/1906) assumiu o governo com recursos oriundos da política deflacionária do governo anterior e pôde realizar muitos melhoramentos na então capital da República, a cidade do Rio de Janeiro. Manteve a economia equilibrada resistindo a toda política de valorização do café que pudesse acarretar uma desvalorização da moeda nacional frente ao dólar, a exemplo do que fez a administração anterior. Houve uma tentativa de fixação da taxa de câmbio (15 dinheiros por mil réis). O compromisso do Governo central de comprar os estoques excedentes de café, fixando o preço das sacas exportadas ocasionou maior emissão de moeda, porém, desta vez, o impacto inflacionário foi pequeno.

O presidente seguinte, Afonso Pena (15/11/1906 – 14/06/1909), quarto presidente civil, adotou medidas financeiras com o objetivo de garantir o nível de renda da burguesia do café e limitar a plantação de novos cafezais. Faleceu antes do final de seu mandato, tendo assumido o cargo o vice Nilo Peçanha (14/06/1909 – 15/11/1910) que ficou à frente da presidência apenas por 17 meses, período em que deu ênfase à construção de ferrovias.

No governo de Hermes da Fonseca (15/11/1910 – 15/11/1914) o comportamento dos preços teve dois momentos distintos: saltou de um período de variação negativa, entre 1900 e 1912, para uma variação de 2% em 1913, voltando a cair no ano seguinte (1914), com uma variação negativa de 5%.

Venceslau Brás (15/11/1914 – 15/11/1918) vivenciou o primeiro momento de crescimento da inflação no país com ao advento da 1ª Guerra Mundial em 1914. A retração do mercado consumidor da Europa e dos Estados Unidos fez com que seu governo queimasse sacas de café para evitar a baixa dos preços. Por outro lado, o aumento das exportações de alimentos para os países em guerra reduziu a oferta do mercado interno e causou uma subida nos preços, da mesma forma que os produtos importados ficaram mais caros. Além disso, a credibilidade da política econômica ficou abalada, devido à emissão, emergencial, de papel moeda. A inflação saltou de 5% para 9% ao ano entre 1914 e 1915.

Com a participação do país na Guerra em outubro de 1917 – o Brasil declarou guerra à Alemanha a pretexto de afundamento de navios mercantes nacionais –, o Governo Venceslau Brás instaurou o estado de sítio, exercendo maior controle sobre os gastos públicos. Essa situação, somada ao capital não aplicado nas lavouras de café, beneficiou a produção manufatureira local por um período de tempo, revertendo, assim a tendência inflacionária, que já demonstrava sinais de queda no final do governo (-10,8%).

Delfim Moreira (15/11/1918 – 28/07/1919) foi presidente interino em razão de o presidente eleito, Rodrigues Alves não ter assumido, acometido da Gripe Espanhola. Foi presidente apenas por 8 meses, período em que enfrentou greves operárias.

A inflação no período do Governo de Epitácio Pessoa (28/07/1919 – 15/11/1922) foi dos -10,8% para o maior pico inflacionário da história do Brasil até então, 30,5% em 1919. Esse fenômeno foi decorrente da instabilidade econômica internacional do pós-guerra, o que provocou a queda das exportações brasileiras e o déficit público acumulado de governos anteriores, agravado pela seca no Nordeste.

Na vontade de enfrentar as dificuldades econômicas do momento em que atravessava o Brasil, o governo deixou de incentivar as políticas de subsídio ao café e à indústria, o que talvez explique a subida tão acentuada dos índices inflacionários.

Com a entrada de novos recursos externos e o fortalecimento da arrecadação federal, graças à criação de um novo imposto, o processo inflacionário foi atenuado. Em 1921 a inflação já estava em 2,4%, o que possibilitou ao governo adotar um novo plano de valorização do café, que acabou surtindo efeito contrário e acabou por novamente determinar aumento de preços, com a inflação atingindo 8% ao ano ao final de seu governo.

O governo Arthur Bernardes (15/11/1922 – 15/11/1926) iniciou-se em fase economicamente desfavorável, provocada pela recessão mundial de 1920/1921. O aumento do custo de vida foi notado em um período em que a inflação saltou de 8% para cerca de 16,6% em 1924, além da constante elevação da dívida externa. O resultado só não foi mais grave graças à alteração introduzida na

estratégia de política econômica nos dois últimos anos do governo. Com o aumento do valor das exportações cafeeiras, a partir de 1924, o governo abandonou a contínua política de emissões e conseguiu reverter a tendência ascendente da inflação (6,7% em 1925 e 2,7% em 1926). Durante esse período, vários movimentos revolucionários ocorreram, sendo uma das manifestações de maior relevância a revolta de São Paulo e a coluna Prestes, liderada por Luís Carlos Prestes, que percorreu 25 mil Km pelo interior do país e se desfez com o final do mandato de Arthur Bernardes.

Washington Luís (15/11/1926 – 24/10/1930) conseguiu derrubar a inflação de 6% ao ano para -10% ao ano no final dos seus quatro anos de Governo. Fez uma política de estabilização financeira, limitando a concessão de novos financiamentos para a lavoura de café, e manteve a taxa de câmbio fixa, o que tornava decrescente a receita do setor cafeeiro, à medida em que caíam os preços do café no exterior. A sua rígida política contencionista levou à queda da inflação, entretanto houve no período um excesso de produção.

A chamada política do “café com leite”, pacto entre as oligarquias paulista e mineira, foi quebrada, sendo indicado como sucessor Júlio Prestes, desencadeando forte crise política no país. As urnas determinaram a vitória do candidato do Governo sobre Getúlio Vargas, que alegou fraude nas eleições e teve seu vice, João Pessoa, assassinado, o que foi pretexto para que uma junta militar assumisse o governo pelo período de apenas 9 dias (de 24/10/1930 a 03/11/1930).

No Governo Getúlio Vargas (03/11/1930 – 29/10/1945) a inflação brasileira realmente “explodiu”. Inicialmente, seu Governo não pôde promover uma brusca reorientação da política econômica. Suspendeu o pagamento da dívida externa e reiniciou a política de valorização do café, entretanto, ainda em consequência da

crise econômica de 1929, a conjuntura econômica internacional estava desfavorável a uma economia agroexportadora como a brasileira.

A receita das exportações de café caiu cerca de 56% no período de 1931-1935 em relação ao período de 1926-1930. Além da inevitável queda das importações, houve aumento do déficit público e uma desvalorização da moeda nacional, apesar das restrições cambiais adotadas. A crise financeira internacional também interrompeu o afluxo de capitais estrangeiros ao País, levando à suspensão do pagamento da dívida externa, reiniciado apenas em 1932.

A inflação, que desde 1930 vinha crescendo de forma significativa (saltando de 9,2% para 14,6% em 1936), teve sua tendência invertida a partir da implantação do Estado Novo em 1937 e passou a ceder nos anos seguintes até 1939, quando atingiu a marca de 2,7% ao ano. Em 1944, ainda no auge da Segunda Guerra Mundial, a inflação brasileira chegou a 27% ao ano, tendo depois caído para 12% no ano seguinte.

José Linhares (29/10/1945 – 31/01/1946) permaneceu no governo apenas por três meses; adotou uma linha política neutra.

No governo de Eurico Gaspar Dutra (31/01/1946 – 31/01/1951) a inflação subiu para 21% no primeiro ano, caiu para 3% no ano seguinte e depois voltou a subir, estabilizando-se em 12% ao ano até o final do mandato. Dutra tinha o compromisso de atender aos diversos setores da classe dominante que o apoiavam. O Brasil cresceu economicamente, cerca de 6% ao ano, durante seu governo.

A queda da inflação verificada no segundo ano se deu graças às diretrizes do seu plano econômico, o Plano Salte, que implantou controle nos gastos públicos. Foi criado o IGP-DI, Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, da Fundação

Getúlio Vargas, o primeiro índice destinado a medir variação de preços em âmbito nacional.

Getúlio Vargas (31/01/1951 – 24/08/1954) reassumiu o governo com um discurso de exaltação ao nacionalismo econômico que consistia na preservação de setores estratégicos da economia para o capital nacional, não importando se privado ou estatal. Seu governo adotou uma política de valorização artificial do cruzeiro em relação ao dólar, política herdada do presidente anterior, e restringiu as remessas de lucro para o exterior. Para enfrentar o declínio da produção, expandiu o crédito à base de novas emissões de moeda, o que fez saltar a inflação de 12,34% em 1951 para 20,51% em 1953 (percentuais medidos pelo IGP-DI da FGV).

Getúlio concedeu 100% de aumento ao salário mínimo, desencadeando dessa forma pressões com objetivo de sua deposição. O custo de sua política foi uma aceleração vigorosa dos preços, que fecharam o ano de 1954 registrando variação de 25,86%. A situação insustentável o levou ao suicídio em agosto daquele ano. A era Vargas de 20 anos, interrompidos pelos 5 do Governo de Eurico Gaspar Dutra, deixou uma inflação acumulada de cerca de 335%.

Sucederam-se três governos provisórios: Café Filho (24/08/1954 – 07/11/1955) que era vice presidente de Getúlio Vargas e se afastou por motivo de doença, o governo de três dias de Carlos Luz (08/11/1955 – 10/11/1955), presidente da Câmara dos Deputados e Nereu Ramos (11/11/1955 – 31/01/1956), presidente do Senado. Nesses 17 meses, a inflação oscilou de 0,8% ao ano a 1,6%.

Juscelino Kubitschek (31/01/1956 – 31/01/1961) assumiu a presidência da República com um projeto de desenvolvimento que tomou conta da nação. Seu slogan era “Cinquenta anos em cinco”, e tinha o objetivo de romper o estrangulamento da indústria brasileira, realizando a substituição de importações

nos setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis. Os recursos continuaram sendo fornecidos pelo Estado através de emissões de moeda e da obtenção de novos empréstimos no exterior. A estreita colaboração do governo dos Estados Unidos foi de vital importância.

O capital estrangeiro se instalou em grande escala, principalmente na indústria de eletrodomésticos, de aparelhos eletrônicos e automobilística.

Elevou-se a oferta de produtos pela confiança da população no Plano de Metas implantado pelo novo governo, o que resultou em queda da inflação. Entretanto, para que o ambicioso programa econômico implementado por JK pudesse alcançar o sucesso esperado, foi necessário que o governo contratasse pesados financiamentos.

Esperava-se que pudessem ser obtidos, em 1956, fundos suficientes vindos de fontes públicas e privadas no exterior e do lucro das exportações brasileiras. Embora a primeira fonte se mostrasse satisfatória, a deterioração do balanço de pagamentos do Brasil, que apresentava um déficit de 4% da produção nacional, continuou a esgotar o lucro obtido através das exportações.

A inflação atingiu patamares elevados a partir daquele ano, saltando de 7% em 1957 para quase 40% em 1959, medida pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

Frente à gravidade da situação, o FMI condicionou os novos empréstimos à adoção de uma política austera de estabilidade. O governo ainda tentou realizar um esforço de estabilização monetária, que seria dividido em duas fases: primeiro, reduziria drasticamente o ritmo inflacionário, diminuindo as distorções nos investimentos e melhorando os salários reais; em seguida, atingida a estabilidade de preços, limitaria a expansão dos meios de pagamento ao

montante estritamente necessário a cobrir o aumento do produto real. Juscelino, porém, optou pelo prosseguimento de seu programa desenvolvimentista, obtendo recursos junto a novos credores e transferindo para seu sucessor os problemas da inflação, do financiamento externo e do pagamento da dívida externa.

Jânio Quadros (31/01/1961 – 25/08/1961) assumiu o poder como o primeiro candidato realmente de oposição a vencer uma eleição presidencial na República brasileira. Era populista e carismático. Na área econômica o que merece destaque é a extinção da política de controle cambial, que veio a beneficiar os setores agroexportadores prejudicados pela política dos governos desenvolvimentistas, e a tributação dos lucros para pagamento da dívida externa. A inflação medida pelo IGP-DI durante os meses de seu Governo foi ascendente, ficando em média em 50% ao ano. Quando Jânio renunciou, desencadeou uma crise política sem precedentes na história do Brasil.

Ranieri Mazzilli (25/08/1961 – 07/09/1961), então presidente da Câmara, assumiu a presidência da República interinamente enquanto se resolvia a crise política que tinha tomado conta do país devido não só à prematura renúncia de Jânio Quadros, como também pelas medidas bizarras tomadas por ele, como por exemplo a proibição dos maiôs em concursos de beleza e a legalização de rifas e bingos.

João Goulart (07/09/1961 – 01/04/1964), vice presidente de Jânio Quadros, tomou posse do Governo sob questionamento, entre outros setores, dos militares, que temiam suas posições de esquerda. A crise econômica estava instaurada. Os índices de inflação subiram vertiginosamente, tendo variado no período do seu governo de 51% ao ano para 80% em 1963. O estrangulamento das fases de substituição das importações, no início dos anos 60, juntamente com a queda do investimento privado externo, exigiu maiores financiamentos internos ao setor privado, com impacto sobre a inflação e as operações de crédito no mercado

financeiro, cujas taxas de juros ainda estavam presas à Lei da Usura (Decreto nº 22.626/1963). Foi deposto pelos militares no golpe de 01/04/1964.

Ranieri Mazzilli (02/04/1964 – 15/04/1964) assumiu novamente interinamente cumprindo a constituição de 1946. Seis dias antes do final de seu curto mandato de apenas 13 dias os ministros militares baixaram o AI-1 (Ato institucional nº 1) suspendendo garantias constitucionais, cassando mandatos e direitos políticos.

6.3 A inflação no período do Regime Militar

O Marechal José Hugo Castello Branco (15/04/1964 – 15/03/1967) apresentou em 1965 o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que se propunha a baixar a inflação para 25% no mesmo ano e para 10% no ano seguinte (1966). Criou o Ministério do Planejamento e estabeleceu uma nova política orçamentária, que definiu tetos setoriais e globais, novos mecanismos de financiamento e um orçamento consolidado do setor público, no qual os fluxos monetários (despesas e receitas fiscais, política de crédito e etc) balizariam a política monetária a ser adotada.

O marco na história da correção monetária brasileira se deu durante o seu governo, além da implantação do Cruzeiro Novo – com o corte de três zeros da moeda em novembro de 1965. Em princípio, a correção foi criada com o intuito de atualizar os débitos fiscais com a União e o ativo imobilizado no balanço das empresas. A Lei nº 4.595, de 31/15/64, ainda permitiu a emissão das ORTN's (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) – títulos que deveriam ter valor unitário expresso em moeda nacional, que passaram a ser corrigidos pelo índice oficial de variação da inflação. Dessa forma, o governo conseguiu recuperar o prestígio dos títulos da dívida pública federal perante o mercado financeiro, insatisfeito com a excessiva alta dos preços praticados em todo o território

nacional. Criou-se efetivamente com essa medida a indexação e com ela o advento da criação e necessidade de índices setorizados que atendessem a necessidades específicas dentro dos diversos segmentos atuantes da economia brasileira.

Entretanto, a correção monetária era entendida como o reconhecimento do convívio do sistema econômico com a inflação, pois neutralizava as distorções criadas, mas por outro lado, realimentava seu crescimento. De qualquer forma, desempenhou papel importante no financiamento do déficit do governo nos anos que se seguiram.

Seu governo derrubou a Lei da Usura e criou um instrumento de apoio às políticas fiscal e monetária na primeira fase do combate à inflação. Mesmo atenuando o processo inflacionário, os índices econômicos apontavam a seguinte variação: de 34,24% em 1965 e de 39,12% em 1966. O plano de Castello Branco não atingiu suas metas, devido a ajustes nos preços (câmbio, aluguéis, juros, tarifas públicas) que, de uma maneira informal, permaneciam praticamente congelados desde o governo anterior.

Arthur Costa e Silva (15/03/1967 – 31/08/1969) foi o segundo presidente da era milita. Baixou o AI-5 (Ato Institucional nº 5) em 13/12/1968, que garantia a permanência do regime, mas levou ao confronto armado. A economia cresceu 11% e a inflação ficou estável no ano de 1968 (25,49%), patamar igual ao do ano anterior. A grande novidade na política antiinflacionária foi o controle institucional dos preços, através da criação, em 1968, do Conselho Interministerial de Preços, que fez com que os aumentos passassem a necessitar de autorização prévia do governo.

A inflação começou a ceder. Segundo os dados do IGP-DI da FGV recuou ao patamar de 12,87% no acumulado de janeiro até agosto de 1969, último mês de

seu governo, contra 30,98% do mesmo período em 1966, no final da administração anterior. Com uma política severa de represamento de preços, o governo Costa e Silva conseguiu derrubar a inflação de 30% para 19% entre 1966 e o final de 1969, o que, certamente, iria resultar, mais tarde, em períodos com maior liberdade de preços. Abandonou o governo devido a uma trombose, vindo a falecer três meses após ter saído do seu cargo, que durou dois anos e cinco meses.

Uma Junta Militar governou o país por dois meses (31/08/1969 – 30/10/1969) e permitiu a reabertura do Congresso, que acabou por eleger o general Emílio Garrastazu Médici (30/10/1969 – 15/03/1974). Delfim Neto foi seu Ministro da Fazenda, assim como durante o governo de Costa e Silva, o que garantiu que as medidas econômicas de estabilização fossem preservadas. A inflação, de 19% ao ano em 1969, permaneceu neste patamar até 1971, caindo para 15% ao ano em 1972 e em 1973, conforme índices do IGP-DI da FGV.

As exportações aumentaram cerca de 126% no período 1971 – 1973 graças às constantes desvalorizações do cruzeiro e aos subsídios de crédito de natureza fiscal.

Ernesto Geisel (15/03/1974 – 15/03/1979) iniciou o processo de redemocratização do Brasil com a revogação do AI – 5 e com o abrandamento da Lei de Segurança Nacional. Na área econômica, o grande objetivo de seu governo foi manter o crescimento dos anos anteriores. O presidente diagnosticou problemas de caráter estrutural na indústria, priorizando a produção de bens de capital e de insumos básicos definidos no seu Plano Nacional de Desenvolvimento. Sua política econômica foi prejudicada, logo no início do governo, com a alta dos preços internacionais do petróleo, numa época em que 80% do consumo nacional desse produto era proveniente de mercados externos.

A inflação retomou a trajetória ascendente, alcançando em 1974 o patamar de 34,55% ao ano, praticamente o dobro do ano anterior. A dívida externa já montava em US\$ 43,5 bilhões, também o dobro dos anos anteriores, em decorrência da tática utilizada de tomar empréstimos externos. A inflação alcançou o patamar de 46% em 1976 e estabilizou-se em torno de 40% nos dois últimos anos de seu governo (38,78% em 1977 e 40,84% em 1978).

A estratégia do governo de Ernesto Geisel baseou-se na manutenção de um crescimento econômico estruturado de longo prazo, em uma época marcada por crise econômica e mundial. Essa política de crescimento, financiada pelo endividamento do Estado, foi adotada em detrimento de medidas ortodoxas de combate à inflação.

Grandes investimentos em infra-estrutura foram feitos durante o período da sua presidência, dentre eles a construção da Hidrelétrica de Itaipu, o financiamento da barragem de Sobradinho, no Rio São Francisco, a implantação do Terceiro Pólo Petroquímico e a exploração de minério de ferro na Serra de Carajás.

O último governo militar no Brasil foi o do general João Batista de Oliveira Figueiredo (15/03/1979 – 15/03/1985), que assumiu a presidência com objetivo de continuar a abertura política iniciada no governo Geisel e também de conciliar o crescimento econômico dos governos anteriores com uma política de combate maciço ao já constante e prejudicial crescimento dos índices de inflação medidos pelos institutos de pesquisa econômica, principalmente IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) e FGV (Fundação Getúlio Vargas).

A inflação começou a ser combatida com medidas que comprometeram o nível do crescimento da economia, o que valeu a substituição do Secretário de Planejamento Mário Henrique Simonsen pelo então Ministro da Agricultura e antigo Ministro do Planejamento Delfim Netto, que buscou a manutenção do

crescimento econômico com a adoção de uma política antiinflacionária e de controle do desequilíbrio externo.

Os índices de inflação subiram de 40,84% em 1978 para 77,21% em 1979, agravados pelos aumentos dos preços internacionais do petróleo e pela elevação das taxas de juros internacionais, que tornaram mais onerosos os gastos com importação e captação de recursos externos.

Para o combate das expectativas inflacionárias, Delfim Netto adotou a estratégia de fixar os juros e a correção monetária e cambial, entre agosto de 1979 e dezembro de 1980. Com isso, formou-se um grande diferencial entre a correção monetária e a inflação no período (-16,94% em 1979 e -28,28% em 1980, medida pelo IGP-DI) agravado pelo expurgo do indexador oficial de correção monetária, o IPA (Índice de Preços por Atacado), do item petróleo e derivados. Ainda em 1980 a inflação chegou a ultrapassar a casa dos 100% pela primeira vez na história do Brasil. A instabilidade econômica resultou, em 1981, em uma queda do PIB nacional, fato que não ocorria desde o ano de 1942, durante a Segunda Guerra Mundial.

A crise no pagamento da dívida externa, iniciada pelo México em 1982, agravou os problemas da economia brasileira, que vinha se financiando através da captação de recursos no exterior. O governo brasileiro foi obrigado a recorrer às negociações formais com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Comprometido com uma política monetária ortodoxa para estabilizar a economia e viabilizar a volta dos recursos externos, o Brasil entrou em profunda recessão em 1983, com o PIB (Produto Interno Bruto) caindo 5%, e com impacto sobre os preços: a inflação bateu novo recorde, alcançando os 211,02% ao ano, o dobro da registrada em 1982 (99,71%). Ainda em 1983, a correção monetária foi atualizada por um IGP-DI ajustado, cujo cálculo não levava em conta o aumento dos preços que haviam perdido subsídios (trigo e petróleo), nem eventuais choques de

oferta, o que fez o diferencial em relação à inflação ficar em torno de -17,50%. A recuperação da economia, em 1984, quando o PIB voltou a crescer (4,5%), não se refletiu na inflação, que permaneceu elevada (223,90% ao ano).

6.4 A inflação nos últimos 20 anos e os planos econômicos

No dia 14/03/85, Tancredo Neves, eleito pelo Colégio Eleitoral o primeiro presidente civil desde 1964, foi internado às pressas no Hospital de Base de Brasília, vindo a falecer em abril de 1985. José Sarney (15/03/1985 – 15/03/1990), vice-presidente, assumiu o Governo.

Os altos índices da inflação em 1985 (235% ao ano) e no começo de 1986 (até fevereiro já acumulava o percentual de 35%) levaram o Governo a promover uma reforma ministerial e a adotar uma política mais radical no combate à contínua escalada dos preços.

Em 1º de março de 1986 foi decretado o Plano Cruzado. Implementado pelo então ministro Dílson Funaro, o plano consistia basicamente em 4 pontos:

- congelamento de preços, salários e câmbio;
- criação de uma nova moeda (o cruzado, na paridade de 1 por 1000);
- proibição de correção monetária em contratos de duração inferior a um ano;
- reajuste automático do salário mínimo quando a inflação acumulasse 20% em seis meses.

Os preços realmente sofreram uma queda vertiginosa nos primeiros meses do plano, chegando a haver deflação no mês de abril, com índice negativo de -0,58%. No período de março a julho o índice acumulado chegou a apenas 5,79%,

contra 52,99% no mesmo período do ano anterior. O cruzado mereceu grande apoio popular e a adesão da sociedade à fiscalização dos preços, com o surgimento dos “Fiscais do Sarney”, pessoas comuns que receberam, não tacitamente, a incumbência de zelar pelo cumprimento das diretrizes do plano.

A falta de um maior incentivo à poupança e a adoção de uma política de juros reais negativos na implementação do plano levaram a um aumento extraordinário do consumo por parte da população, o que fez com as mercadorias se tornassem escassas, com a conseqüente cobrança de ágio sobre os preços. Muito mais do que um crédito de confiança na nova moeda e na estabilidade dos preços, esse aumento de demanda representou uma ação defensiva de formação de estoques, cujo objetivo era precipitar a compra antes que a inflação voltasse. Para evitar a iminente liberação dos preços, o governo adotou medidas corretivas, como a criação do empréstimo compulsório sobre a venda de combustíveis com o objetivo de diminuir a inflação e aumentar o crescimento.

Após as eleições estaduais, o encanto dos preços congelados acabou, sendo então decretado o Plano Cruzado II, com anúncio de um aumento de impostos indiretos sobre alguns produtos e aumento das tarifas postais, telefônicas e de energia elétrica. Nos seis primeiros meses de 1987 a inflação já havia alcançado 183,49%, o que levou o novo Ministro da Fazenda, Luís Carlos Bresser Pereira, a decretar mais um plano econômico, o chamado Plano Bresser, cujas principais medidas foram:

- congelamento dos preços, aluguéis e salários por três meses;
- aplicação de um deflator sobre os contratos que estendiam até depois do plano, as chamadas “tablitas”;
- desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar;
- corte de gastos públicos através da suspensão de subsídios e de obras públicas.

Apesar das medidas tomadas e de o governo ter cancelado, em fevereiro de 1987, o pagamento de juros da dívida externa, a inflação voltou a subir no último trimestre daquele ano, registrando no período um aumento de 47,44% medido pelo IGP-DI.

A queda do poder aquisitivo da população refletiu a perda acumulada pela correção monetária frente à inflação – no período de 1986-1987 foi de 13%. Como a correção monetária foi atualizada pela inflação passada desde o segundo semestre de 1987, este diferencial alcançou 19,47% em 1988. Nesse mesmo ano, o desgaste da sociedade diante do fracasso de medidas radicais de combate à inflação e o desgaste político do governo dificultaram a implementação de medidas efetivas de estabilização econômica. O descontrole das contas públicas obrigou o governo a emitir moeda e a inflação chegou a um novo recorde, de 1.037,56% ao ano.

A Constituição foi promulgada em outubro de 1988, agravando ainda mais a situação fiscal do governo, pois previa a repartição das receitas com os Estados e Municípios, sem o devido repasse dos encargos.

Com a escalada da inflação, em 1989 o presidente José Sarney recorreu ao congelamento de preços, medida que já havia sido tentada em governos passados, ao controle dos gastos da União, e à desindexação da economia. Entretanto, em face da falta de confiança dos agentes econômicos em novos choques e de o próprio governo não cumprir suas metas de contenção de gastos, a inflação voltou a disparar, chegando ao patamar de 1.782,90% em 1989. Com esse panorama ocorreram as primeiras eleições presidenciais diretas desde Jânio Quadros e o problema da inflação seria o legado.

Fernando Collor de Mello (15/03/1990 – 02/10/1992) assumiu com o compromisso de mudar estruturalmente todos os níveis do país, apoiado pela elite econômica e pelos meios de comunicação. A inflação, que chegara a 1.782,90% em 1989, já acumulava 435,09% até março de 1990, mês em que alcançou os 80% ao mês, caracterizando um quadro de hiperinflação. A fracassada política econômica do governo anterior, que conheceu a ineficácia dos congelamentos de preços e adotou uma política de juros altos para a rolagem da dívida interna, rendeu ao setor privado excelentes resultados financeiros em seus balanços, apesar da recessão econômica do final dos anos 80.

O novo presidente elegeu a inflação como inimigo número um de seu governo. Nos três dias de feriado bancário que se seguiram à posse do novo presidente, o governo anunciou o Plano Collor, cujas medidas deixaram a sociedade perplexa:

- seqüestro de 80% dos ativos financeiros, que ficariam retidos no Banco Central até setembro de 1991;
- extinção ou dissolução de diversas entidades da Administração Pública Federal;
- criação do Programa Nacional de Desestatização;
- volta do cruzeiro como moeda corrente, sem corte de zeros (paridade de um para um com o cruzado novo);
- adoção de uma nova política de comércio exterior, de caráter liberalizante;
- taxas transitórias sobre o sistema financeiro

A liquidez caiu obviamente, gerando impacto sobre as taxas de juros, inviabilizando os empréstimos e financiamentos de capital de giro. Várias empresas entraram em concordata, outras deixaram de importar, aprofundando o quadro recessivo.

A inflação, que caiu dos 80% ao mês de março para 11% ao mês em abril pelo IGP-DI, estabilizou-se em 9% nos meses seguintes, subindo de maneira assustadora no segundo semestre, chegando a 16% no mês de dezembro do mesmo ano.

Em janeiro de 1991 estava em torno de 20%, quando a equipe econômica decidiu decretar o Plano Collor II com as seguintes medidas:

- fim da correção monetária (extinção da BTN)
- criação da TR (Taxa Referencial – taxa de juros prefixada para os contratos inferiores a um ano e superiores a 90 dias)
- proibição de aplicações financeiras no overnight para pessoas físicas e jurídicas não financeiras
- criação do Fundo de Aplicação Financeira para operações de curto prazo
- compra compulsória dos títulos dos Fundos de Desenvolvimento Social e dos títulos de Desenvolvimento Econômico para investimentos sociais e produtivos
- congelamento de preços e salários

As medidas tomadas não foram suficientes para deter a alta nos preços, que evoluíram progressivamente até dispararem a partir do mês de outubro, quando a inflação subiu quase 10% em relação ao mês anterior. Após isso, subiu para a marca de 25% mensais e permaneceu nesse nível até o final do governo. A administração Collor foi marcada pela venda de 16 estatais e pela reaproximação do Brasil com a comunidade financeira internacional, o que proporcionou a entrada de US\$ 1,5 bilhão em 1992 e o começo da abertura da economia ao exterior. As acusações de corrupção, extorsão e tráfico de influências provocaram o *impeachment* do presidente, levando a assumir em outubro de 1992 o seu vice Itamar Franco.

O governo de Itamar Franco (02/10/92 – 31/12/94) foi marcado no início pela sua credibilidade política. Apesar da hesitação, se comprometeu a dar continuidade ao processo de abertura da economia. O combate à inflação, que em oito meses já tinha alcançado 577,67%, com uma média mensal de 27,02%, foi formalmente definido na apresentação do Plano de Estabilização Econômica, elaborado pelo então ministro da Fazenda Paulo Haddad. A meta era crescer mesmo com altos índices de aumento de preços. Com a entrada do novo ministro Fernando Henrique Cardoso foi implementado novo plano econômico com saneamento financeiro do setor público.

Criou-se uma nova moeda em agosto de 1993, o Cruzeiro Real, com o corte de três zeros. Essa medida econômica foi apenas uma preparação para uma reforma econômica mais ampla, que viria em março de 1994 com a criação da URV (Unidade Real de Valor) um indexador provisório da economia, que serviria como transição até que uma nova moeda - o Real - entrasse em vigor. O governo tentou repetir velhas medidas para desestimular a alta dos preços, como a redução das taxas de importação, o que permitiu a produtos estrangeiros competirem no mercado interno. Tendo os preços reduzidos, esses produtos ficaram ao alcance dos consumidores. Mas essas medidas não trouxeram resultados satisfatórios.

Após implantar o Plano Real, o ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso deixou o cargo para candidatar-se à presidência da República.

Fernando Henrique Cardoso (01/01/1995 – 31/12/2002), criador do plano real, baseou sua campanha na continuidade da implantação do plano que dava sinais de ter controlado o fantasma da inflação. Ao passo que o Plano Real conquistou baixos índices inflacionários ao longo do mandato de Fernando Henrique Cardoso, foi também gerado um quadro recessivo preocupante; as importações impingiram grande concorrência aos produtos das empresas nacionais nos mais

variados setores; os índices de desemprego nas principais capitais do país tornaram-se alarmantes.

Mais um indexador econômico foi criado, o IPC-r, índice de preços ao consumidor do Real, que teve a vigência de apenas um ano (01/07/94 – 30/06/95). Após sua extinção, o maior percentual de inflação registrado pelo IGP-DI, durante o período do Governo de Fernando Henrique Cardoso foi registrado no mês de 11/2002, penúltimo mês de seu governo, deixando um trabalho árduo para o próximo presidente Luís Inácio “Lula” da Silva (01/ 01/2003 – xxx).

Apesar da crise, pela primeira vez em trinta anos, viu-se um quadro de inflação baixa, aparentemente controlada. Os brasileiros passaram a poder, novamente, se programarem em seus gastos.

7. Indexadores

7.1 IGP's Índices Gerais de Preços

O mês de novembro de 1947 representou um marco importante na divulgação de indicadores de preços no Brasil. Naquela data publicou-se, ainda em forma de "boletim mensal", o primeiro número da revista Conjuntura Econômica, que iniciou a divulgação de indicadores e estudos econômicos produzidos pelo Núcleo de Economia (mais tarde, Instituto Brasileiro de Economia). No primeiro número da Conjuntura Econômica foram publicados os índices de preços de títulos públicos e ações, preços por atacado, preços de gêneros alimentícios no varejo e custo de vida, além do índice geral de preços que serviria como deflator do índice de negócios, todos com retroação a janeiro de 1944.

Até 1949 o índice geral de preços era calculado como média do índice de preços por atacado e índice de custo de vida no Rio de Janeiro. A partir de 1950 passou a contar com mais um componente: o índice de custo da construção no Rio de Janeiro.

A escolha dos três componentes da "coluna 2" se deve ao fato de essas três atividades (comercialização atacadista, preços de varejo e construção civil) representarem o conjunto de operações realizadas no País. A ponderação representa a importância relativa de cada tipo de operação na formação da despesa interna bruta: produção, transporte e comercialização de bens de consumo e de produção (representados pelo IPA): 60%; valor adicionado pelo setor varejista e pelos serviços de consumo (representados pelo índice do custo de vida): 30%; e valor adicionado pela indústria da construção civil: 10%.

Até 1969, a revista Conjuntura Econômica publicou um grupo de índices cuja denominação era EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS. Esse grupo era composto por três índices:

COL. 1 - VALOR DOS NEGÓCIOS: média simples dos índices de venda e cheques compensados;

COL. 2 - PREÇOS: média ponderada dos Índices de Preços por Atacado (peso 6), Custo de Vida na Guanabara (peso 3) e, a partir de 1950, Custo da Construção na Guanabara (peso 1);

COL 3 - VALOR REAL DOS NEGÓCIOS: valor dos negócios deflacionados pelos preços.

As colunas 1 e 3 deixaram de ser publicadas em abril de 1968. A coluna 2 (PREÇOS) mudou sua denominação para Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) em novembro de 1969.

Quando se introduziu a correção monetária no Brasil, esse índice (COL. 2) passou a ser usado para correção de um conjunto de operações, sobretudo para correção de valores de contratos de obras públicas. Nas várias modificações de diagramação de Conjuntura, o IBRE viu-se obrigado a manter inclusive esse índice situado na mesma posição nas tabelas de apresentação, pois o uso do índice se tornou de tal forma difundido e popularizado que a maioria dos contratos e portarias passou a se referir apenas à coluna em que era, e ainda é, publicado – coluna 2 – sem mencionar sequer seu nome.

Entretanto, o IGP-DI não foi usado como indexador oficial do cálculo da correção monetária nos primórdios de seu lançamento. Por falta de um critério legal, o primeiro reajuste da correção monetária, no primeiro trimestre de 1965, foi

efetuado com base no Índice de Preços por Atacado (IPA) da FGV com uma defasagem média de dois trimestres sobre o mês de referência.

Somente entre março e junho de 1983, com a resolução nº 802 do Banco Central ficou decidido que seria promovida a igualdade entre as correções monetárias e cambial e a taxa de inflação medida pelo IGP-DI.

Após julho de 1983, a resolução nº 841 de 28-06-83 do Banco Central determinou que seria utilizado o IGP-DI expurgado (IGP-DI, COL. 2-A), que não levava em conta choques de oferta nem aumento de preços dos produtos que tinham perdido seus subsídios (naquele ano, petróleo e trigo).

Em dezembro de 1984 o Governo Brasileiro enviou carta de intenções ao FMI na qual ficou estabelecido que a correção monetária seria igual ou maior do que o IGP-DI expurgado.

Em 1985, a pedido do mercado financeiro, o cálculo da correção monetária baseou-se na média geométrica das três últimas variações do IGP-DI, o que permitia o conhecimento antecipado da correção monetária. Esta nova sistemática durou até novembro de 1985 quando a Resolução nº 1062 do Conselho Monetário Nacional unificou as bases de reajuste de remuneração do capital e do trabalho, substituindo o IGP-DI pelo IPCA do IBGE. O IGP-DI deixou de ser o indexador oficial da economia brasileira. Mesmo assim, por ser um indicador genérico de uso múltiplo, continuou sendo utilizado na atualização de diferentes operações financeiras, especialmente em reajustes contratuais.

A outra versão do IGP, denominada Índice Geral de Preços - Oferta Global (IGP-OG) originou-se da média ponderada do IPA-OG (60%), IPC (30%) e INCC (10%). Esse indicador passou a ser calculado em 1969 quando se efetuou um conjunto de modificações no IPA tanto ao nível de ponderações quanto de

metodologia. Recebeu essa denominação por refletir a evolução de preços do total de transações realizadas no País, seja de produtos para uso interno, seja para exportação.

Em decorrência das constantes mudanças ocorridas nos indicadores da correção monetária e da inflação oficial, um grupo de entidades de classe do setor financeiro, liderado pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras, celebrou contrato de prestação de serviços com a Fundação Getúlio Vargas, em maio de 1989, para criação de um novo índice que fosse de absoluta credibilidade e estivesse livre das intervenções do governo. Dessa forma surgiu o novo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M). Esse índice originou-se da média ponderada do IPA-M (60%), do IPC-M (30%) e do INCC-M (10%). A coleta de preços é feita entre o dia 21 do mês anterior ao de referência e o dia 20 do mês de referência. A cada mês de referência apura-se o índice três vezes: os resultados das duas primeiras apurações são considerados valores parciais (prévias), a última é o resultado definitivo do mês.

No dia 17 de setembro de 1993, também por solicitação do mercado financeiro, o IBRE divulgou pela primeira vez o Índice Geral de Preços versão 10 (IGP-10). O IGP-10 mede a evolução de preços no período compreendido entre o dia 11 do mês anterior ao de referência e o dia 10 do mês de referência. À semelhança do IGP-DI e IGP-M, é composto por 60% do IPA-10, 30% do IPC-10 e 10% do INCC-10.

7.2 Índice de Preços por Atacado - IPA

O índice de preços por atacado, publicado no primeiro número da revista Conjuntura Econômica, era uma média ponderada de preços dos 25 produtos

mais importantes comercializados no País. A série dos índices foi revista no início de 1955, ampliando-se o número de produtos para 90. As ponderações foram estabelecidas a partir dos dados do Censo, acrescidas de informações sobre importações. Na série revista adotou-se dois sistemas de ponderação: no primeiro, os índices calculados para o período 1944-47 foram ponderados pelos dados do Censo de 1940; no segundo, para os índices calculados a partir de 1948, aplicaram-se dados relativos ao Censo de 1950. Essas ponderações e metodologia introduzidas em 1955 foram usadas até 1969.

A ponderação era calculada, como ainda hoje, com base no "valor adicionado", ou, quando não possível, no valor de transformação industrial, para se evitar efeitos, no movimento dos índices, decorrentes de duplas contagens. O novo índice passou a ser calculado com dois conceitos: TOTAL e EXCLUSIVE CAFÉ. Isso foi feito em razão da alta ponderação atribuída ao café, produto, então, de pequena importância para o mercado interno, mas líder absoluto das exportações.

Em 1964, quando se introduziu o sistema de correção monetária no Brasil, foi escolhido, como índice de referência para correção das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) e outras operações, inclusive imobiliárias (Unidade Padrão de Capital), por exemplo, o índice de preços por atacado, exclusive café. A escolha do IPA foi feita por ser um índice nacional, apesar da coleta estar ainda fortemente concentrada no Rio de Janeiro e São Paulo, e por abranger todo o conjunto de operações de comercialização, quase todas realizadas no País. A escolha do índice exclusive café se deu por ser o preço desse produto função muito mais do mercado externo do que da inflação interna.

No segundo semestre de 1969 foi realizada modificação substancial, tanto de metodologia, quanto de ponderações. Essas modificações foram feitas visando a:

a) seleção de novos produtos: o índice que anteriormente incluía 90 produtos passou a ter 243;

b) adequar as ponderações à estrutura produtiva do País: o Brasil tinha passado, sobretudo na segunda metade da década de 50 e primeira da década de 60, por modificações substanciais decorrentes da política de industrialização e substituição de importações. Esse fato não era refletido no índice anterior, baseado em dados de 1950, mas se refletiu integralmente no novo índice, cujas ponderações se referiam à estrutura produtiva de 1965/66;

c) permitir que o sistema de ponderações acompanhasse *pari passu* as rápidas modificações que ocorriam na economia do País. Para isso, foi criado um sistema de ponderações a serem modificadas anualmente, com base em médias móveis trianuais. Apesar de engenhoso, o sistema não pôde ser aplicado como planejado, pela inexistência de dados atualizados sobre produção e comércio exterior. Assim, a partir de 1969 as ponderações foram modificadas em 1970 (base 1966-67-68), 1971 (base 1967-68-69) passando de 243 para 251 produtos e 1976 (base 1972-73-74). Essa estrutura de pesos foi utilizada até março de 1986. A estrutura implantada em abril foi baseada em informações do período 1978-79-80 (conjugação de dados censitários com estatísticas correntes de produção, exportação e importação). Em consequência dessa revisão, alterou-se a quantidade de produtos de 251 para 423. Nova pesquisa foi realizada em fins de 1992, passando a vigorar a partir de janeiro de 1993. Para os produtos industriais a nova estrutura foi obtida do censo industrial de 1980. No que se refere aos produtos agropecuários foram utilizados dados resultantes de pesquisas efetuadas pelo Centro de Estudos Agrícolas da Fundação Getúlio Vargas. O número de itens (mercadorias) componentes do IPA saltou de 423 para 481;

d) aumentar a área de coleta: a coleta foi estendida paulatinamente, até incluir praticamente todas as principais capitais brasileiras onde houvesse possibilidade de se coletar preços;

e) adaptar os índices às novas necessidades criadas pela institucionalização da correção monetária no País: os conceitos de TOTAL e EXCLUSIVE CAFÉ evoluíram para OFERTA GLOBAL e DISPONIBILIDADE INTERNA. O índice de oferta global, cuja ponderação inclui a produção interna mais importação, passou a refletir os preços do total de transações realizadas no País, seja de produtos para uso interno seja para exportação. Atualmente a sistemática de agregação do IPA está organizada segundo o destino que se atribui aos bens componentes: IPA-DI (consumo / produção - destino) e IPA-OG (agrícola / industrial - origem).

A Lei 4357, de 16-07-64, autorizou o governo a emitir as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, que deveriam ser reajustadas trimestralmente. Entretanto, as ORTNs só foram lançadas no mercado no início de 1965. Por falta de um critério legal, o primeiro cálculo trimestral da correção monetária foi efetuado com base no IPA EXCLUSIVE CAFÉ com uma defasagem média de dois trimestres sobre o mês de referência.

A partir de 1969, após a reformulação do IPA, o indexador da economia deixou de ser o IPA EXCLUSIVE CAFÉ que cedeu lugar ao IPA - DISPONIBILIDADE INTERNA, que permaneceu como indexador até 1979.

Entre agosto/75 e dezembro/79 a Fundação Getulio Vargas viu-se obrigada a abrir uma coluna específica para o IPA: o IPA Ajustado (Índice de Preços por Atacado - Disponibilidade Interna, isento de variações acidentais). Nesse período o IPA Ajustado foi considerado como referencial para cálculo do coeficiente de correção monetária em onze ocasiões: AGO-DEZ/75; DEZ/76; MAR/77; SET-DEZ/79. A metodologia empregada no cálculo do IPA Ajustado não considerava

os reajustes de preços causados por retirada de subsídios ou perturbações de oferta por motivos acidentais.

O IPA disponibilidade interna foi usado no cálculo dos coeficientes de correção monetária até 1979 por excluir as operações de exportação o que o levava a refletir com maior aproximação a inflação doméstica.

Em 1980 a correção monetária foi prefixada pelo governo e em 1981 e 1982 o indexador oficial da economia brasileira foi o INPC do IBGE.

Em outubro de 1984 o processo de cálculo do Índice de Preços por Atacado sofreu alterações com vista a eliminar distorções verificadas (ausência de circularidade) nas fórmulas até então praticadas. Baseado num índice de Laspeyres modificado, o IPA de determinado mês resultava do encadeamento de índices relativos a períodos anteriores, com ponderação fixa. Verificou-se que fortes oscilações de preços poderiam afetar explosivamente esse índice. A fim de eliminar esse inconveniente passou-se a utilizar ponderações móveis para todos os produtos.

Em decorrência de regulamentação governamental obrigando o uso de índices de preços calculados em Reais nos reajustamentos contratuais a partir de julho de 1994 o Instituto Brasileiro de Economia celebrou contrato de prestação de serviços com o Banco Central do Brasil para elaboração do IPA de modo a refletir variações de preços na nova moeda, o Real. A série histórica desse índice retroage a janeiro de 1993. Até junho de 1994 essa série histórica refletiu as variações de preços mensais ocorridas em URV. O IPA foi calculado em duas versões: IPA-1, calculado em URV paralelamente ao IPA-DI; e IPA-2, que correspondia ao IPA-M calculado em URV. A partir de setembro de 1994 essas séries deixaram de existir permanecendo apenas as versões tradicionais.

Em janeiro de 1996 entrou em vigor nova estrutura de ponderações calcada em dados do Censo Econômico de 1985. Além dessa fonte de informação utilizou-se também, como fontes complementares, entidades sindicais, associações regionais e a Confederação Nacional da Indústria.

As ponderações que eram móveis desde outubro de 1984, passaram a ser de estrutura mista, havendo uma parte fixa, composta por produtos alimentares de origem agrícola, e uma parte móvel, integrada pelos demais componentes da amostra, corrigida por relativos acumulados de preços que se aplicam sobre as ponderações iniciais.

Em 1996, em função de dificuldades de coleta de preços, foram retirados alguns itens, ocasionando redução do tamanho da amostra, de 481 para 477 produtos. Os itens retirados foram: Chassis completos para televisores, Fibras de nylon, Petróleo bruto e Rádios receptores - exclusive a pilha.

O Índice de Preços por Atacado é calculado em três versões: IPA-10, IPA-M e IPA-DI. Têm em comum a mesma amostra de produtos, a mesma estrutura básica de pesos e o mesmo sistema de cálculo. Diferem apenas na adoção do período de pesquisa de preços. No IPA-DI a pesquisa mensal é realizada no intervalo de tempo que vai do primeiro ao último dia do mês de referência 't'; no IPA-M, do dia 21 do mês 't-1' ao dia 20 do mês 't'; e no IPA-10, do dia 11 do mês imediatamente anterior ao de referência 't-1' ao dia 10 do mês 't'. Cabe acrescentar que o IPA-DI foi criado em 1947 por iniciativa particular da FGV. Sua série histórica retroage a 1944. O IPA-M começou a ser calculado em junho de 1989 em função de contrato de prestação de serviços celebrado entre a FGV e a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF). E, em agosto de 1993, também por solicitação do mercado financeiro, teve início a série de índices IPA-10.

Em 2001, foram excluídos da amostra do IPA 21 itens e incluídos 6 novos itens. Entre os 21 itens excluídos, alguns foram agregados entre si. São eles:

Ítems Incluídos: Couve-flor, Goiaba, Manga, Melão, Beterraba, Pescado.

Ítems Excluídos: Algodão Albóreo, Armários de Madeira para Sala, Armários de Madeira para Cozinha, Atanados, Borracha Hévea, Câmaras-de-ar para Automóveis, Camisa Social, Carburadores, Cevada, Cinescópios para TV a cores, Crustáceos, Enceradeiras, Máquina de Escrever (Eletrônicas), Máquina de Escrever (Não Elétricas), Parafina, Peixes, Sacos de Junta, Saias, Suplementos Minerais, Televisores - P/B, Trilhadeiras.

7.3 Índice Nacional de Custos da Construção - INCC

Concebido com a finalidade de aferir a evolução dos custos de construções habitacionais, o índice, de início, referia-se aos padrões e gabaritos simples de então.

O primeiro índice oficial de Custo da Construção Civil no Rio de Janeiro data de 1950, com retroação de sua série histórica até janeiro de 1945. Esse índice referia-se ao custo de um edifício de três pavimentos, sem elevador, padrão esse que constituía o mais usual na época. Sua composição inicial compreendia 16 itens específicos.

Em vista das inovações posteriormente introduzidas nos estilos, gabaritos e técnicas de construção, o ICC teve que se adaptar aos poucos aos novos produtos e especialidades de mão-de-obra.

Em janeiro de 1972 foi realizado estudo para implantação do novo sistema de cálculo do Índice de Custo da Construção, em decorrência da necessidade de revisão da metodologia, e ao mesmo tempo, da atualização do sistema de pesos, em face da mudança na composição de diversos gabaritos e padrões usuais na cidade do Rio de Janeiro.

Até dezembro de 1974, seu cálculo era baseado na fórmula tipo Laspeyres de base fixa. Não era permitida a introdução de modificações na especificação de nenhum de seus componentes. O sistema de ponderação empregado referia-se à estrutura de custo de um edifício de três pavimentos com seis apartamentos ao todo.

Em janeiro de 1975 adotou-se nova fórmula de cálculo, que permitiu a primeira mudança nos materiais de construção. A segunda modificação refere-se aos tipos de gabaritos e padrões utilizados no novo índice. Chegou-se a um desdobramento tal que, além do índice médio, tinha-se aberturas segundo as suas características verticais: 1 (casas), 4, 8 e 12 pavimentos.

Esse índice abrangia o total de 31 itens, sendo três relativos a mão-de-obra e 28 a materiais de construção.

Com o agravamento do processo inflacionário nos anos 80, a utilização do ICC-RJ na formação do Índice Geral de Preços (IGP) passou a apresentar um sério inconveniente em função das bruscas oscilações por conta dos reajustamentos salariais concedidos em fevereiro e agosto de cada ano, meses de dissídios coletivos no Rio de Janeiro.

Se já havia uma vontade de que o índice deixasse de ser apenas regional, esses acontecimentos anteciparam a decisão de mudança no IGP, que deveria

incorporar um índice de construção nacional. Há algum tempo já existia o índice de Edificações, e a substituição de um índice pelo outro poderia ter sido efetuada. De certa forma isso foi feito, pois o INCC introduzido em fevereiro de 1985 (incluindo mais sete capitais, além do Rio de Janeiro) pode ser visto como um encadeamento da série anterior do ICC-RJ com as evoluções de custos captadas pelo Índice de Edificações. Os dois continuaram a coexistir apenas por questões de formas de apresentação e, principalmente, para resguardar interesses de usuários (como se sabe, existem muitos contratos de obras com cláusulas de correção baseadas num ou noutro índice).

Em janeiro de 1986 foram efetuadas atualizações de itens e ponderações. Além disso, expandiu-se o número de municípios de capitais para 18. Os prédios de oito andares, de menor expressão nas licenças de "habite-se", foram excluídos do índice, e a estrutura de custos foi revista, de forma que se chegou a especificação de 56 tipos de materiais e 16 categorias de mão-de-obra, levando-se em consideração os seguintes padrões de construção habitacional:

H1 - casa de 1 pavimento, com sala, 1 quarto e demais dependências, medindo em média 30 metros quadrados;

H4 - edifício habitacional de 4 pavimentos, constituído por unidades autônomas de sala, 3 quartos e dependências, com área total média de 2520 metros quadrados;

H12 - edifício habitacional de 12 pavimentos, composto de apartamentos de sala, 3 quartos e dependências, com área total média de 6013 metros quadrados.

Todos os tipos citados referem-se a construções de boa qualidade mas sem luxo, já que o objetivo é o cálculo de índices que reflitam evoluções de custos de construção para um mercado compatível com a realidade econômica brasileira.

O custo da mão-de-obra está segmentado em salários e encargos sociais. A coleta de informações, no que se refere a preços e salários, é feita uma vez por mês junto a fabricantes, atacadistas e construtoras.

Em janeiro de 1996 foram feitas alterações no sistema de pesos do INCC, além da inclusão de mais duas capitais aumentando para 20 o número de municípios pesquisados.

Em janeiro de 2001, o INCC sofreu nova reestruturação, diminuindo para 12 o total de municípios pesquisados. Nessa atualização da amostra do INCC, chegou-se à seleção 723 itens específicos, sendo 659 relativos a materiais e serviços e 64 relativos a mão de obra. Agrupando-se os itens de baixa representatividade no custo total das obras, chegou-se à especificação de 51 tipos de materiais e serviços, além de 16 categorias de mão-de-obra relevantes. São pesquisados mensalmente 3500 informantes, que fornecem cerca de 20.000 cotações mensais.

7.4 Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) tem caráter nacional, abrangendo as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Belém, São Paulo, Fortaleza, Salvador, Curitiba, Brasília (DF) e Goiânia. É calculado a partir da Pesquisa de Orçamento Familiar realizada pelo IBGE entre março de 1987 e fevereiro de 1988, com universo de coleta entre 1 e 8 salários mínimos de renda familiar com chefe assalariado.

Seu período de coleta é do primeiro ao último dia do mês e é divulgado aproximadamente no dia 15 do mês posterior. Foi criado em 03/1979 com a

finalidade específica de balizar os reajustes de salários. Foi usado como indexador oficial de novembro de 1986 até maio de 1987.

7.5 Índice de Preços ao Consumidor – IPC-FIPE

O Índice de Preços ao Consumidor do município de São Paulo é calculado a partir da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) realizada nesta cidade entre novembro de 1981 e janeiro de 1983, com universo de coleta entre 2 e 6 salários mínimos de renda familiar.

Seu período de coleta é do primeiro ao último dia do mês e é divulgado aproximadamente no dia 10 do mês posterior. Antes do índice final, a FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo) divulga semanalmente as três primeiras quadrissemanas do período de coleta. Foi criado em 1939 pela Prefeitura Municipal de São Paulo com a finalidade específica de reajustar os salários dos servidores municipais e servir de orientação para a remuneração da comunidade em geral. Foi usado como indexador oficial em maio de 1990 no Governo Collor.

7.6 A polêmica da TR

A TR foi criada em 02/1991 e desde então guerreada ostensivamente e julgada inconstitucional como substituta do BTN nos contratos do Sistema Financeiro de Habitação. Apesar de se tratar de índice de custo de dinheiro, e não de preços, existem argumentos para a aceitação da TR como fator de cálculo da desvalorização monetária de débitos de naturezas diversas, pois, bem ou mal, ela substitui o IPC/IBGE (indexador do BTN).

A TR reflete a média da taxa de juros aplicada no mercado financeiro, tendo sido por várias vezes considerada inconstitucional como fator de correção. Apesar disso, vários contratos que anteriormente à sua criação eram indexados em extintas BTN's, passaram a se utilizar da TR simplesmente pelo fato de que foi o índice criado nessa mesma data, embora com finalidade distinta.

8. Conclusão

O homem é o único animal que se escraviza por vontade própria. Convivemos com uma série de itens que nos prendem a controles, posicionamentos, cotações, mensurações etc. Estamos ligados a números que nos ajudam a manter a vida em sociedade, mas que às vezes até nos atrapalham. Peso, altura, distância, horário, capacidade, quantidade, identificação, localização, hierarquia, avaliação, mensuração, entre outros.

Nesse estudo, apresentamos um apanhado sobre um instrumento criado pelo humano para cuidar de seus padrões monetários. A correção monetária veio para tentar amenizar os efeitos nocivos da inflação, mantendo o poder aquisitivo da moeda através de índices econômicos com seus critérios específicos, mas como vimos, passou em certos casos a ser a própria mola impulsionadora da mesma.

Ao longo dos governos, pudemos perceber as tentativas de minimizar os impactos na economia através de planos de ação e atos diferenciados, dependendo da situação em que se encontrava o país. Partimos de inflações baixas a números assustadores, com a necessidade então de criação de algo que pudesse ressarcir o poder aquisitivo de credores que por algum motivo tinham que se dispor de importâncias monetárias para outrem. O mercado se acendeu, novos mecanismos foram criados, leis foram criadas, institutos foram criados, critérios foram estabelecidos e a economia nunca mais foi a mesma.

Diversos indexadores foram criados, para diversas necessidades, mas será que essas necessidades seriam tão específicas? Será que a quantidade de índices não atrapalha ao invés de auxiliar? Expurgando-se alguns índices não

poderíamos ter um maior controle sobre nossas finanças? Bem essas são algumas questões que são levantadas com a grande complexidade da máquina econômica do mundo. O cidadão comum acaba se tornando um mero fantoche nas mãos de instituições que sabem muito bem como lidar com as complexas regras de correção monetária e suas leis. Como poderiam saber quais índices são benéficos e quais são lesivos, o que não deveria existir, pois como vimos no corpo do trabalho, a correção monetária não deve ser um *plus*, e sim apenas um instituto para se manter o poder aquisitivo da moeda.

Com a criação de tantos indexadores específicos, a correção monetária, em certos casos perde a sua função primordial de apenas manter o poder da moeda, podendo se tornar algo lesivo a uma das partes envolvidas em um contrato envolvendo questões monetárias.

Poderíamos viver sem tantos índices? Os impactos seriam grandes? Sempre que um índice é extinto, logo as cláusulas são transferidas para algum outro já existente, que por analogia se aproxima do anterior. Isso faz com que o mercado não pare, sempre encontrando soluções para a continuidade das transações. De qualquer forma, percebemos que sempre são apresentadas soluções para que a vida em sociedade seja a melhor possível e que todos cresçam para o bem comum.

9. Bibliografia

MELO, Gilberto da Silva. **Cálculos Judiciais**. Belo Horizonte: Apostila, 1997.

MORAES E SILVA, Reynaldo Dias. **Inflação, o mal do século**. Brasília: Ariel Editora Ltda, 1990.

SIMONSEN, Mário Henrique. **Macroeconomia**. Rio de Janeiro: Apec, 1975

Revistas/Jornais

Gazeta Mercantil

Sites

www.andima.com.br

www.senado.gov.br

www.planalto.gov.br

www.gilbertomelo.com.br

www.calculos.com

www.abacusnet.com.br

ANEXO - Tabela de indexadores

DATA	TR	IPC-FGV	IPC-IBGE	IPC-r	IGP-M	IGP	INPC	INCC	IPC-FIPE	IPA	IPCA	IPCA-E
10/64						4,47			5,05			
11/64						6,96			6,27			
12/64						5,98			4,74			
01/65						4,82			5,82			
02/65						3,13			4,10			
03/65						6,01			4,74			
04/65						2,35			2,85			
05/65						1,71			3,19			
06/65						1,15			1,11			
07/65						2,74			3,38			
08/65						1,20			1,12			
09/65						1,97			3,19			
10/65						2,02			1,52			
11/65						0,91			1,54			
12/65						1,92			2,56			
01/66						7,67			9,08			
02/66						2,89			4,15			
03/66						2,61			3,57			
04/66						4,71			4,70			
05/66						2,33			2,82			
06/66						1,85			3,37			
07/66						3,32			1,82			
08/66						2,19			1,58			
09/66						2,38			2,30			
10/66						2,05			1,81			
11/66						0,97			1,88			
12/66						0,68			1,80			
01/67						4,45			2,98			
02/67						2,43			1,52			
03/67						2,30			3,13			
04/67						2,52			3,78			
05/67						1,33			1,04			
06/67						0,80			1,01			
07/67						2,82			2,31			
08/67						0,84			1,01			
09/67						1,51			1,65			

DATA	TR	IPC-FGV	IPC-IBGE	IPC-r	IGP-M	IGP	INPC	INCC	IPC-FIPE	IPA	IPCA	IPCA-E
10/67						1,50			1,83			
11/67						1,55			1,79			
12/67						0,55			0,79			
01/68						3,29			2,22			
02/68						2,34			3,14			
03/68						2,07			0,85			
04/68						2,22			2,55			
05/68						1,51			2,96			
06/68						2,69			1,09			
07/68						1,42			1,54			
08/68						1,19			1,47			
09/68						1,83			1,19			
10/68						2,26			2,33			
11/68						1,49			1,90			
12/68						0,65			1,49			
01/69						1,69			2,06			
02/69						1,42			1,38			
03/69						0,53			1,13			
04/69						1,26			1,64			
05/69						1,15			3,65			
06/69						2,17			1,42			
07/69						2,30			1,52			
08/69						1,69			1,78			
09/69						2,21			1,75			
10/69						1,63			1,32			
11/69						1,47			1,27			
12/69						0,29			1,64			
01/70						1,22			1,38			
02/70						1,42			1,30			
03/70						1,98			1,34			
04/70						0,32			1,36			
05/70						1,53			0,98			
06/70						2,22			1,51			
07/70						1,71			0,79			
08/70						2,29			1,50			
09/70						2,02			2,42			
10/70						1,46			1,15			
11/70						0,79			0,96			
12/70						0,79			1,52			
01/71						1,63			2,18			
02/71						1,54			1,84			
03/71						2,00			2,90			
04/71						1,69			1,33			
05/71						1,86			1,74			

DATA	TR	IPC-FGV	IPC-IBGE	IPC-r	IGP-M	IGP	INPC	INCC	IPC-FIPE	IPA	IPCA	IPCA-E
06/71						2,28			2,01			
07/71						1,46			1,33			
08/71						0,94			1,41			
09/71						1,43			0,77			
10/71						1,23			1,19			
11/71						1,03			1,29			
12/71						0,84			0,90			
01/72						1,66			2,24			
02/72						1,99			1,42			
03/72						1,61			1,00			
04/72						1,07			1,22			
05/72						0,84			0,66			
06/72						1,11			1,12			
07/72						1,37			2,32			
08/72						1,40			1,75			
09/72						1,12			1,55			
10/72						0,95			1,78			
11/72						0,89			0,89			
12/72						0,67			0,28			
01/73						1,70			1,04			
02/73						1,16			0,93			
03/73						1,40			1,83			
04/73						1,48			1,80			
05/73						1,07			0,88			
06/73						0,91			0,88			
07/73						1,05			0,87			
08/73						0,99			0,86			
09/73						1,03			1,71			
10/73						1,48			0,84			
11/73						1,23			0,83			
12/73						1,08			0,83			
01/74						2,93			0,82			
02/74						2,68			3,25			
03/74						4,50			4,72			
04/74						5,11			4,51			
05/74						3,52			2,16			
06/74						2,00			1,41			
07/74						1,16			2,08			
08/74						1,29			2,04			
09/74						1,66			1,33			
10/74						1,50			1,97			
11/74						1,58			1,94			
12/74						2,20			2,53			
01/75						2,25			2,47			

DATA	TR	IPC-FGV	IPC-IBGE	IPC-r	IGP-M	IGP	INPC	INCC	IPC-FIPE	IPA	IPCA	IPCA-E
02/75						2,26			2,41			
03/75						1,58			1,76			
04/75						1,77			2,31			
05/75						2,14			1,69			
06/75						2,21			2,78			
07/75						2,11			2,16			
08/75						2,81			3,17			
09/75						2,29			2,05			
10/75						2,26			2,01			
11/75						2,16			1,48			
12/75						2,17			1,46			
01/76						3,09			3,35			
02/76						4,16			5,56			
03/76						3,69			2,19			
04/76						3,74			2,58			
05/76						3,41			2,51			
06/76						2,67			2,04			
07/76						3,81			2,00			
08/76						4,09			3,53			
09/76						3,43			2,65			
10/76						2,37			2,21			
11/76						1,89			1,81			
12/76						2,31			2,48			
01/77						3,74			3,81			
02/77						3,17			4,00			
03/77						4,15			4,81			
04/77						4,07			4,28			
05/77						3,58			2,05			
06/77						1,96			2,59			
07/77						2,07			1,96			
08/77						1,30			1,65			
09/77						1,77			1,89			
10/77						2,75			2,39			
11/77						2,61			2,85			
12/77						2,11			2,77			
01/78						2,66			1,72			
02/78						3,40			3,86			
03/78						3,30			2,55			
04/78						3,36			1,81			
05/78						3,21			3,11			
06/78						3,63			4,96			
07/78						2,82			4,11			
08/78						2,71			2,76			
09/78						2,56			2,30			

DATA	TR	IPC-FGV	IPC-IBGE	IPC-r	IGP-M	IGP	INPC	INCC	IPC-FIPE	IPA	IPCA	IPCA-E
10/78						2,78			2,81			
11/78						2,80			2,55			
12/78						1,54			1,60			
01/79						3,66			4,03			
02/79						3,71			2,19			
03/79						5,82			5,93			
04/79						3,77	3,45		3,42			
05/79						2,35	1,76		1,95			
06/79						3,40	3,00		4,42			
07/79						4,36	5,36	1,80	4,38			
08/79						5,83	5,79	3,70	3,38			
09/79						7,71	6,61	10,30	6,41			
10/79						5,23	5,06	2,50	4,67			
11/79						5,60	6,10	3,90	4,82			
12/79						7,31	4,51	3,70	6,95			
01/80						6,25	6,56	4,70	4,51		6,62	
02/80						4,18	4,15	9,50	3,41		4,62	
03/80						6,56	5,12	12,80	4,27		6,04	
04/80						5,73	4,85	3,10	4,00		5,29	
05/80						6,39	5,53	4,90	6,44		5,70	
06/80						5,89	5,52	5,70	5,04		5,31	
07/80						8,44	5,51	6,30	5,20		5,55	
08/80						6,92	5,15	10,30	5,48		4,95	
09/80						5,26	4,45	8,00	6,20		4,23	
10/80						7,65	9,65	3,10	6,72		9,48	
11/80						7,57	8,03	5,10	6,87		6,67	
12/80						5,89	6,80	5,00	4,94		6,61	
01/81						6,55	6,21	4,50	4,93		6,84	
02/81						8,49	6,05	14,90	8,43		6,40	
03/81						7,37	5,35	8,10	5,28		4,97	
04/81						5,47	6,54	3,40	5,40		6,46	
05/81						6,19	5,51	3,50	6,29		5,56	
06/81						4,47	5,07	2,40	4,23		5,52	
07/81						5,07	6,20	2,00	5,07		6,26	
08/81						6,73	6,12	12,40	8,57		5,50	
09/81						5,08	5,28	5,50	4,34		5,26	
10/81						4,35	4,62	1,70	4,67		5,08	
11/81						5,31	5,23	3,30	4,92		5,27	
12/81						3,80	5,69	3,10	4,44		5,93	
01/82						6,29	6,71	3,80	3,92		6,97	
02/82						6,84	6,58	10,90	5,92		6,64	
03/82						7,23	5,24	12,60	5,80		5,71	
04/82						5,36	5,65	4,30	5,33		5,89	
05/82						6,13	6,66	5,30	6,03		6,66	

DATA	TR	IPC-FGV	IPC-IBGE	IPC-r	IGP-M	IGP	INPC	INCC	IPC-FIPE	IPA	IPCA	IPCA-E
06/82						7,94	7,14	3,70	8,36		7,10	
07/82						6,10	6,39	5,50	6,70		6,36	
08/82						5,83	5,57	16,90	6,30		5,97	
09/82						3,65	4,30	4,00	3,62		5,08	
10/82						4,74	3,91	3,20	3,64		4,44	
11/82						5,01	5,26	4,10	5,02		5,29	
12/82						6,14	8,19	2,40	7,93		7,81	
01/83						9,05	9,14	3,90	7,19		8,64	
02/83						6,55	8,04	12,70	8,09		7,86	
03/83						10,06	7,22	8,30	9,88		7,34	
04/83						9,19	6,57	4,10	6,39		6,58	
05/83						6,39	6,71	7,20	4,97		6,48	
06/83						12,63	10,83	5,10	11,77		9,88	
07/83						13,31	11,43	6,60	12,56		10,08	
08/83						10,09	9,85	16,90	7,33		9,11	
09/83						12,79	11,27	8,90	11,43		10,30	
10/83						13,25	10,10	5,10	9,58		8,87	
11/83						8,45	7,37	12,10	4,41		7,38	
12/83						7,55	8,34	4,90	7,89		8,68	
01/84						9,81	9,39	5,90	8,91		9,67	
02/84						12,25	9,74	21,70	10,16		9,50	
03/84						9,95	9,83	9,40	8,91		8,94	
04/84						8,95	9,52	4,40	7,93		9,54	
05/84						8,86	8,71	8,00	6,69		9,05	
06/84						9,26	9,96	8,90	11,69		10,08	
07/84						10,31	9,11	5,30	7,92		9,72	
08/84						10,61	8,57	27,60	8,06		9,35	
09/84						10,53	11,10	5,60	9,20		11,75	
10/84						12,61	10,49	8,60	9,48		10,44	
11/84						9,87	10,33	8,60	9,60		10,53	
12/84						10,53	11,62	8,20	8,41		11,98	
01/85						12,61	11,84	7,50	11,18		11,76	
02/85						10,16	10,95	13,10	9,69		10,87	
03/85						12,71	9,94	11,60	10,79		10,16	
04/85						7,22	8,58	8,80	8,33		8,20	
05/85						7,79	7,20	22,40	8,91		7,20	
06/85						7,82	8,33	6,70	8,16		8,49	
07/85						8,93	10,08	9,80	11,40		10,31	
08/85						14,00	11,61	13,10	11,71		12,05	
09/85						9,12	10,09	9,60	7,62		11,12	
10/85						9,07	10,25	6,70	12,09		10,62	
11/85						14,93	14,18	21,00	12,76		13,97	
12/85						13,20	15,75	13,50	12,46		15,07	
01/86						17,79	15,01	14,00	14,05		14,37	

DATA	TR	IPC-FGV	IPC-IBGE	IPC-r	IGP-M	IGP	INPC	INCC	IPC-FIPE	IPA	IPCA	IPCA-E
02/86						14,98	12,47	12,10	10,86		12,72	
03/86			(0,11)			5,52	3,17	(1,20)	1,83		4,77	
04/86			0,78			(0,58)	0,43	(0,30)	2,31		0,78	
05/86			1,40			0,32	1,08	0,20	1,92		1,40	
06/86			1,27			0,52	0,97	1,20	0,96		1,27	
07/86			1,19			0,64	0,91	1,10	1,07		1,71	
08/86			1,68			1,33	1,43	2,70	1,88		3,55	
09/86			1,72			1,10	1,19	4,00	1,43		1,72	
10/86			1,90			1,38	1,43	3,80	3,08		1,90	
11/86			3,29			2,45	3,29	5,20	4,43		5,45	
12/86			7,27			7,56	7,27	7,34	10,30		11,65	
01/87		14,30	16,82			12,04	16,82	14,00	13,75		13,21	
02/87		14,45	13,94			14,11	13,94	32,46	11,28		12,64	
03/87		13,51	14,40			15,00	14,40	22,60	11,97		16,37	
04/87		24,54	20,96			20,08	20,96	13,30	16,55		19,10	
05/87		25,10	23,21			27,58	23,14	20,09	26,49		21,45	
06/87		27,16	26,06			25,87	21,30	20,93	26,76		19,71	
07/87		8,91	3,05			9,33	9,93	7,72	9,24		9,21	
08/87		6,43	6,36			4,50	5,09	3,31	4,45		4,87	
09/87		9,09	5,68			8,02	7,15	7,46	6,73		7,78	
10/87		10,57	9,18			11,15	10,88	10,10	10,17		11,22	
11/87		14,00	12,84			14,46	14,93	13,17	13,40		15,08	
12/87		16,33	14,14			15,89	13,97	13,88	15,92		14,15	
01/88		21,16	16,51			19,14	18,97	17,39	14,70		18,89	
02/88		17,89	17,96			17,65	15,81	15,78	13,38		15,70	
03/88		18,88	16,01			18,16	18,09	19,46	18,65		17,60	
04/88		19,69	19,28			20,33	18,33	17,02	21,17		19,29	
05/88		18,58	17,78			19,51	18,24	23,64	16,25		17,42	
06/88		20,33	19,53			20,83	22,28	20,20	21,70		22,00	
07/88		20,87	24,04			21,54	23,02	19,71	22,65		21,91	
08/88		21,74	20,66			22,89	20,63	21,89	19,67		21,59	
09/88		25,16	24,01			25,76	26,93	25,36	23,60		27,45	
10/88		26,53	27,25			27,58	26,69	34,58	28,48		25,62	
11/88		27,70	26,92			27,97	28,15	30,72	25,77		27,94	
12/88		28,23	28,79			28,89	28,43	27,72	27,89		28,70	
01/89		39,10	70,28			36,56	35,48	31,99	31,11		37,49	
02/89		13,06	3,60			11,80	16,35	13,92	14,01		16,78	
03/89		5,83	6,09			4,23	5,90	5,51	6,46		6,82	
04/89		5,34	7,31			5,17	8,06	6,12	10,02		8,33	
05/89		13,29	9,94			12,76	16,67	18,97	16,59		17,92	
06/89		27,96	24,83		19,68	26,76	29,40	29,86	25,29		28,65	
07/89		33,86	28,76		35,90	37,88	27,40	41,43	28,06		27,74	
08/89		33,38	29,34		36,92	36,48	33,18	43,05	30,95		33,71	
09/89		34,07	35,95		39,92	38,92	36,35	39,56	35,83		37,56	

DATA	TR	IPC- FGV	IPC- IBGE	IPC-r	IGP-M	IGP	INPC	INCC	IPC- FIPE	IPA	IPCA	IPCA-E
10/89		38,67	37,62		40,64	39,70	38,76	39,22	37,29		39,77	
11/89		45,48	41,42		40,48	44,27	48,47	41,39	42,96		47,82	
12/89		51,57	53,55		47,13	49,39	51,28	46,84	51,82		51,50	
01/90		72,84	56,11		61,46	71,90	68,19	64,68	74,53	72,63	67,55	
02/90		67,52	72,78		81,29	71,68	73,99	70,26	70,16	73,99	75,73	
03/90		80,74	84,32		83,95	81,32	82,18	78,41	79,11	82,04	82,39	
04/90		17,24	44,80		28,35	11,33	14,67	1,67	20,19	9,98	15,52	
05/90		9,63	7,87		5,93	9,07	7,31	0,99	8,53	9,93	7,59	
06/90		12,75	9,55		9,94	9,02	11,64	7,42	11,70	7,32	11,75	
07/90		14,71	12,92		12,01	12,98	12,62	16,67	11,31	11,57	12,92	
08/90		12,86	12,03		13,62	12,93	12,18	13,11	11,83	12,94	12,88	
09/90		13,12	12,76		12,80	11,72	14,26	10,97	13,13	11,06	14,41	
10/90		14,04	14,20		12,97	14,16	14,43	11,48	15,83	14,59	14,36	
11/90		16,74	15,58		16,86	17,45	16,92	13,05	18,56	18,43	16,81	
12/90		18,87	18,30		18,00	16,46	19,14	17,51	16,03	15,00	18,44	
01/91		19,91	19,91		17,70	19,93	20,95	17,03	21,02	20,32	20,75	
02/91	7,0000	21,53	21,87		21,02	21,11	20,20	15,50	20,54	21,57	20,72	
03/91	8,5000	6,60			9,19	7,25	11,79	8,33	7,48	7,48	11,92	
04/91	8,9300	8,62			7,81	8,74	5,01	6,77	7,19	9,04	4,99	
05/91	8,9900	7,05			7,48	6,52	6,68	13,19	5,76	5,45	7,43	
06/91	9,4000	11,72			8,48	9,86	10,83	10,18	9,78	8,77	11,19	
07/91	10,0500	13,31			13,22	12,83	12,14	13,61	11,30	12,45	12,41	
08/91	11,9500	15,49			15,25	15,49	15,62	14,63	14,42	15,60	15,63	
09/91	16,7800	16,87			14,93	16,19	15,62	21,11	16,21	15,17	15,63	
10/91	19,7700	23,98			22,63	25,85	21,08	23,01	25,17	27,34	20,23	
11/91	30,5200	25,36			25,62	25,76	26,48	29,47	25,39	25,52	25,21	
12/91	28,4200	23,80			23,63	22,14	24,15	19,71	23,25	21,50	23,71	
01/92	25,4800	25,70			23,56	26,84	25,92	29,87	25,89	27,11	25,94	
02/92	25,6100	23,88			27,86	24,79	24,48	23,62	21,57	25,48	24,32	
03/92	24,2700	20,86			21,39	20,70	21,62	27,77	21,74	19,67	21,40	
04/92	21,0800	20,10			19,94	18,54	20,84	17,42	22,73	17,80	19,93	
05/92	19,8100	23,13			20,43	22,45	24,50	28,22	22,53	21,23	24,86	
06/92	21,0500	23,11			23,61	21,42	20,85	18,03	22,45	20,90	20,21	
07/92	23,6900	20,45			21,84	21,69	22,08	23,53	21,10	22,19	21,83	
08/92	23,2200	24,48			24,63	25,54	22,38	17,28	23,16	27,40	22,14	
09/92	25,3800	26,13			25,27	27,37	23,98	34,30	24,41	27,17	24,63	
10/92	25,0700	26,61			26,76	24,94	26,07	18,91	26,46	24,83	25,24	
11/92	23,2900	22,74			23,43	24,22	22,89	29,16	21,89	24,43	22,49	
12/92	23,9500	24,75			25,08	23,70	25,58	18,84	25,29	23,78	25,24	
01/93	26,7600	30,08			25,83	28,73	28,77	36,90	27,42	26,69	30,35	
02/93	26,4000	28,41			28,42	26,51	24,79	22,60	25,10	26,23	24,98	
03/93	25,8100	25,71			26,25	27,81	27,58	32,61	25,16	28,08	27,26	
04/93	28,2200	30,46			28,83	28,21	28,37	21,28	28,74	28,32	27,75	
05/93	28,6800	29,94			29,70	32,27	26,78	40,60	29,14	32,06	27,69	

DATA	TR	IPC-FGV	IPC-IBGE	IPC-r	IGP-M	IGP	INPC	INCC	IPC-FIPE	IPA	IPCA	IPCA-E
06/93	30,0800	32,82			31,49	30,72	30,37	27,13	30,53	30,30	30,07	
07/93	30,3700	30,74			31,25	31,96	31,01	33,73	30,89	32,29	30,72	
08/93	33,3400	35,69			31,79	33,53	33,34	28,42	33,97	33,34	32,96	
09/93	34,6200	35,48			35,28	36,99	35,63	40,09	34,12	37,25	35,69	
10/93	36,5300	35,75			35,04	35,14	34,12	34,03	35,23	35,03	33,92	
11/93	36,1600	37,32			36,15	36,96	36,00	38,40	35,84	36,52	35,56	
12/93	36,8000	38,26			38,32	36,22	37,73	32,99	38,52	35,72	36,84	
01/94	41,4400	42,67			39,07	42,19	41,32	45,93	40,30	41,28	41,31	39,17
02/94	39,8600	41,98			40,78	42,41	40,57	39,14	38,19	43,23	40,27	39,70
03/94	41,8500	43,47			45,71	44,83	43,08	55,71	41,94	43,65	42,75	43,63
04/94	45,9700	45,57			40,91	42,46	42,86	45,60	46,22	40,20	42,68	41,25
05/94	46,4400	43,77			42,58	40,95	42,73	45,60	45,10	38,47	44,03	44,21
06/94	46,8754	49,10			45,21	46,58	48,24	44,74	50,75	45,50	47,43	44,65
07/94	5,0262	8,10		6,08	4,33	5,50	7,75	3,58	6,95	4,41	6,84	5,22
08/94	2,1312	2,60		5,46	3,94	3,34	1,85	0,14	1,95	4,40	1,86	5,01
09/94	2,4391	1,46		1,51	1,75	1,55	1,40	0,38	0,82		1,53	1,63
10/94	2,5551	2,65		1,86	1,82	2,55	2,82	1,32	3,17		2,62	1,90
11/94	2,9210	3,11		3,27	2,85	2,47	2,96	2,36	3,02		2,81	2,96
12/94	2,8731	1,11		2,19	0,84	0,57	1,70	1,32	1,25		1,71	2,25
01/95	2,1013	1,63		1,67	0,92	1,36	1,44	3,50	0,80	0,87	1,70	1,78
02/95	1,8531	1,97		0,99	1,39	1,15	1,01	2,09	1,32	0,58	1,02	1,22
03/95	2,2998	2,74		1,41	1,12	1,81	1,62	3,30	1,92	1,08	1,55	1,28
04/95	3,4667	2,90		1,92	2,10	2,30	2,49	2,30	2,64	1,99	2,43	1,95
05/95	3,2471	2,21		2,57	0,58	0,40	2,10	8,77	1,97	(2,03)	2,67	2,77
06/95	2,8863	4,39		1,82	2,46	2,62	2,18	3,12	2,66	1,55	2,26	2,25
07/95	2,9905	2,63			1,82	2,24	2,46	1,09	3,72		2,36	2,59
08/95	2,6045	0,74			2,20	1,29	1,02	0,62	1,43		0,99	1,49
09/95	1,9393	0,67			(0,71)	(1,08)	1,17	0,72	0,74		0,99	0,97
10/95	1,6540	0,63			0,52	0,23	1,40	0,86	1,48		1,40	1,34
11/95	1,4387	1,25			1,20	1,33	1,51	0,54	1,17		1,47	1,46
12/95	1,3400	1,57			0,71	0,27	1,65	0,86	1,21		1,56	1,36
01/96	1,2526	2,70			1,73	1,79	1,46	1,52	1,82	1,31	1,34	1,63
02/96	0,9625	1,46			0,97	0,76	0,71	0,11	0,40	0,47	1,03	1,20
03/96	0,8139	0,43			0,40	0,22	0,29	0,98	0,23	(0,07)	0,35	0,62
04/96	0,6597	1,31			0,32	0,70	0,93	0,25	1,62	0,41	1,26	0,70
05/96	0,5888	2,08			1,55	1,68	1,28	2,16	1,34	1,34	1,22	1,32
06/96	0,6099	1,57			1,02	1,22	1,33	1,54	1,41	0,94	1,19	1,11
07/96	0,5851	0,76			1,35	1,09	1,20	0,75	1,31	1,38	1,11	1,37
08/96	0,6275	0,01			0,28	0,00	0,50	0,23	0,34	(0,05)	0,44	0,70
09/96	0,6620	(0,35)			0,10	0,13	0,02	0,22	0,07	0,41	0,15	0,11
10/96	0,7419	0,18			0,19	0,22	0,38	0,26	0,58	0,24	0,30	0,14
11/96	0,8146	0,25			0,20	0,28	0,34	0,58	0,34	0,24	0,32	0,41
12/96	0,8717	0,44			0,73	0,88	0,33	0,59	0,17	1,21	0,47	0,20
01/97	0,7440	1,85			1,77	1,58	0,81	0,32	1,23	1,67	1,18	1,13

DATA	TR	IPC-FGV	IPC-IBGE	IPC-r	IGP-M	IGP	INPC	INCC	IPC-FIPE	IPA	IPCA	IPCA-E
02/97	0,6616	0,53			0,43	0,42	0,45	0,48	0,01	0,34	0,50	0,71
03/97	0,6316	0,63			1,15	1,16	0,68	0,73	0,21	1,59	0,51	0,59
04/97	0,6211	0,80			0,68	0,59	0,60	0,23	0,64	0,53	0,88	0,68
05/97	0,6354	0,39			0,21	0,30	0,11	0,86	0,55	0,14	0,41	0,50
06/97	0,6535	1,30			0,74	0,70	0,35	1,11	1,42	0,24	0,54	0,55
07/97	0,6580	0,24			0,09	0,09	0,18	0,51	0,11	(0,09)	0,22	0,31
08/97	0,6270	(0,27)			0,09	(0,04)	(0,03)	1,18	(0,76)	(0,15)	(0,02)	0,17
09/97	0,6474	0,17			0,48	0,59	0,10	0,27	0,01	0,92	0,06	-0,05
10/97	0,6553	0,29			0,37	0,34	0,29	0,15	0,22	0,41	0,23	0,25
11/97	1,5334	0,53			0,64	0,83	0,15	0,54	0,53	1,08	0,17	0,07
12/97	1,3085	0,56			0,84	0,69	0,57	0,23	0,57	0,87	0,43	0,49
01/98	1,1459	1,26			0,96	0,88	0,85	0,33	0,24	0,75	0,71	0,54
02/98	0,4461	0,14			0,18	0,02	0,54	0,48	(0,16)	(0,15)	0,46	0,64
03/98	0,8995	0,33			0,19	0,23	0,49	0,47	(0,23)	0,13	0,34	0,39
04/98	0,4720	0,23			0,13	(0,13)	0,45	(0,50)	0,62	(0,28)	0,24	0,22
05/98	0,4543	0,14			0,14	0,23	0,72	0,98	0,52	0,13	0,50	0,41
06/98	0,4913	0,41			0,38	0,28	0,15	0,39	0,19	0,17	0,02	0,34
07/98	0,5503	(0,25)			(0,17)	(0,38)	(0,28)	0,34	(0,77)	(0,61)	(0,12)	(0,11)
08/98	0,3749	(0,52)			(0,16)	(0,17)	(0,49)	0,22	(1,00)	(0,04)	(0,51)	(0,37)
09/98	0,4512	(0,17)			(0,08)	(0,02)	(0,31)	0,01	(0,66)	0,06	(0,22)	(0,44)
10/98	0,8892	0,20			0,08	(0,03)	0,11	0,01	0,02	(0,19)	0,02	0,01
11/98	0,6136	(0,19)			(0,32)	(0,18)	(0,18)	(0,05)	(0,44)	(0,20)	(0,12)	(0,11)
12/98	0,7434	0,09			0,45	0,98	0,42	0,05	(0,12)	1,74	0,33	0,13
01/99	0,5163	0,64			0,84	1,15	0,65	0,55	0,50	1,58	0,70	0,68
02/99	0,8298	1,41			3,61	4,44	1,29	0,98	1,41	6,99	1,05	0,64
03/99	1,1614	0,95			2,83	1,98	1,28	0,55	0,56	2,84	1,10	1,22
04/99	0,6092	0,52			0,71	0,03	0,47	0,52	0,47	(0,34)	0,56	0,78
05/99	0,5761	0,08			(0,29)	(0,34)	0,05	0,86	(0,37)	(0,82)	0,30	0,51
06/99	0,3108	0,65			0,36	1,02	0,07	0,41	(0,08)	1,35	0,19	(0,02)
07/99	0,2933	1,20			1,55	1,59	0,74	0,46	1,09	2,03	1,09	0,79
08/99	0,2945	0,48			1,56	1,45	0,55	0,69	0,74	2,15	0,56	0,81
09/99	0,2715	0,19			1,45	1,47	0,39	0,86	0,91	2,30	0,31	0,47
10/99	0,2265	0,92			1,70	1,89	0,96	1,01	1,13	2,58	1,19	0,80
11/99	0,1998	1,12			2,39	2,53	0,94	0,91	1,48	3,59	0,95	0,99
12/99	0,2998	0,60			1,81	1,23	0,74	1,04	0,49	1,60	0,60	0,91
01/00	0,2149	1,01			1,24	1,02	0,61	1,07	0,57	1,02	0,62	0,65
02/00	0,2328	0,05			0,35	0,19	0,05	0,77	(0,23)	0,17	0,13	0,34
03/00	0,2242	0,51			0,15	0,18	0,13	0,56	0,23	(0,05)	0,22	0,09
04/00	0,1301	0,25			0,23	0,13	0,09	0,60	0,09	(0,02)	0,42	0,47
05/00	0,2492	0,40			0,31	0,67	(0,05)	1,35	0,03	0,69	0,01	0,09
06/00	0,2140	(0,01)			0,85	0,93	0,30	0,73	0,18	1,45	0,23	0,08
07/00	0,1547	1,91			1,57	2,26	1,39	0,30	1,40	2,79	1,61	0,78
08/00	0,2025	0,86			2,39	1,82	1,21	0,39	1,55	2,56	1,31	1,99
09/00	0,1038	0,04			1,16	0,69	0,43	0,26	0,27	1,09	0,23	0,45

DATA	TR	IPC-FGV	IPC-IBGE	IPC-r	IGP-M	IGP	INPC	INCC	IPC-FIPE	IPA	IPCA	IPCA-E
10/00	0,1316	0,02			0,38	0,37	0,16	0,33	0,01	0,56	0,14	0,18
11/00	0,1197	0,40			0,29	0,39	0,29	0,41	(0,05)	0,38	0,32	0,17
12/00	0,0991	0,62			0,63	0,76	0,55	0,64	0,26	0,85	0,59	0,60
01/01	0,1369	0,64			0,62	0,49	0,77	0,58	0,38	0,40	0,57	0,63
02/01	0,0368	0,40			0,23	0,34	0,49	0,34	0,11	0,31	0,46	0,50
03/01	0,1724	0,56			0,56	0,80	0,48	0,27	0,51	1,01	0,38	0,36
04/01	0,1546	0,86			1,00	1,13	0,84	0,36	0,61	1,39	0,58	0,50
05/01	0,1827	0,41			0,86	0,44	0,57	2,11	0,17	0,18	0,41	0,49
06/01	0,1458	0,52			0,98	1,46	0,60	1,16	0,85	1,96	0,52	0,38
07/01	0,2441	1,36			1,48	1,62	1,11	0,52	1,21	1,93	1,33	0,94
08/01	0,3436	0,54			1,38	0,90	0,79	0,62	1,15	1,13	0,70	1,18
09/01	0,1627	0,12			0,31	0,38	0,44	0,55	0,32	0,48	0,28	0,38
10/01	0,2913	0,71			1,18	1,45	0,94	0,93	0,74	1,88	0,83	0,37
11/01	0,1928	0,85			1,10	0,76	1,29	0,74	0,61	0,73	0,71	0,99
12/01	0,1983	0,70			0,22	0,18	0,74	0,34	0,25	(0,09)	0,65	0,55
01/02	0,2591	0,79			0,36	0,19	1,07	0,36	0,57	(0,13)	0,52	0,62
02/02	0,1171	0,14			0,06	0,18	0,31	0,58	0,26	0,14	0,36	0,44
03/02	0,1758	0,42			0,09	0,11	0,62	0,55	0,07	(0,11)	0,60	0,40
04/02	0,2357	0,71			0,56	0,70	0,68	0,33	0,06	0,75	0,80	0,78
05/02	0,2102	0,28			0,83	1,11	0,09	2,53	0,06	1,27	0,21	0,42
06/02	0,1582	0,55			1,54	1,74	0,61	0,57	0,31	2,50	0,42	0,33
07/02	0,2656	1,03			1,95	2,05	1,15	0,29	0,67	2,82	1,19	0,77
08/02	0,2481	0,76			2,32	2,36	0,86	1,00	1,01	3,32	0,65	1,00
09/02	0,1955	0,66			2,40	2,64	0,83	0,71	0,76	3,84	0,72	0,62
10/02	0,2768	1,14			3,87	4,21	1,57	1,13	1,28	6,02	1,31	0,90
11/02	0,2644	3,14			5,19	5,84	3,39	2,45	2,65	7,45	3,02	2,08
12/02	0,3609	1,94			3,75	2,70	2,70	1,70	1,83	3,14	2,10	3,05
01/03	0,4878	2,32			2,33	2,17	2,47	1,51	2,19	2,21	2,25	1,98
02/03	0,4116	1,37			2,28	1,59	1,46	1,39	1,61	1,71	1,57	2,19
03/03	0,3782	1,06			1,53	1,66	1,37	1,38	0,67	1,93	1,23	1,14
04/03	0,4184	1,12			0,92	0,41	1,38	0,90	0,57	0,07	0,97	1,14
05/03	0,4650	0,69			(0,26)	(0,67)	0,99	2,84	0,31	(1,68)	0,61	0,85
06/03	0,4166	(0,16)			(1,00)	(0,70)	(0,06)	1,05	(0,16)	(1,16)	(0,15)	0,22
07/03	0,5465	0,34			(0,42)	(0,20)	0,04	0,99	(0,08)	(0,59)	0,20	(0,18)
08/03	0,4038	0,13			0,38	0,62	0,18	1,44	0,63	0,70	0,34	0,27
09/03	0,3364	0,76			1,18	1,05	0,82	0,22	0,84	1,29	0,78	0,57
10/03	0,3213	0,21			0,38	0,44	0,39	0,65	0,63	0,50	0,29	0,66
11/03	0,1776	0,33			0,49	0,48	0,37	1,04	0,27	0,46	0,34	0,17
12/03	0,1899	0,43			0,61	0,60	0,54	0,16	0,42	0,74	0,52	0,46
01/04	0,1280	1,08			0,88	0,80	0,83	0,33	0,65	0,75	0,76	0,68
02/04	0,0458	0,28			0,69	1,08	0,39	1,00	0,19	1,42	0,61	0,90
03/04	0,1778	0,46			1,13	0,93	0,57	1,16	0,12	1,09	0,47	0,40
04/04	0,0874	0,31			1,21	1,15	0,41	0,59	0,29	1,57	0,37	0,21
05/04	0,1546	0,71			1,31	1,46	0,40	1,83	0,57	1,71	0,51	0,54
06/04	0,1761	0,78			1,38	1,29	0,50	0,70	0,92	1,57	0,71	0,56

DATA	TR	IPC-FGV	IPC-IBGE	IPC-r	IGP-M	IGP	INPC	INCC	IPC-FIPE	IPA	IPCA	IPCA-E
07/04	0,1952	0,59			1,31	1,14	0,73	1,12	0,59	1,35	0,91	

FONTE: www.abacusnet.com.br
www.gilbertomelo.com.br
 Jornal Gazeta Mercantil

ANEXO - Gráficos (percentuais de indexadores)



